SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CLIPPING

08 de Março 2019

GRUPO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

SUMÁRIO

ENTREVISTAS 4
Obras no Rio Tietê vão melhorar a qualidade da água de 2,2 milhões de pessoas 4
Capturar carbono de biomassa é mais barato e gera emissão negativa 5
Obras no Tietê vão melhorar qualidade da água para 2,2 milhões de pessoas 7
Estado aumenta vazão da Barragem de Taiaçupeba 8
No Carnaval, Travessias Litorâneas levaram mais de 270 mil usuários 9
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE 11
Cetesb multa empresa incendiada em Valinhos por poluição 11
Destruída após incêndio, empresa de Valinhos é multada pela Cetesb em R$ 132,6 mil por poluição 12
Meio Ambiente cria comissão para recuperação do reservatório 13
O ar de São Paulo está muito pior do que divulga o governo 14
Centenas de peixes morrem em afluente do Tietê após contaminação por espuma com resíduos químicos 17
O ralo de São Paulo 18
Desassoreamento que pode evitar enchentes em Itaquaquecetuba divide opiniões entre vereadores, Prefeitura e Daee 20
Consórcio PCJ é indicado a participar de Comissão para Revitalização da Barragem do Salto Grande, em Americana (SP) 22
Foco 24
Em 48 horas projeto Verão no Clima em Ilhabela recolhe quase 8 mil kg de lixo nas praias e cachoeiras 25
Projeto Verão no Clima encerra temporada com saldo positivo 26
Mongaguá e região se articulam para implantarem logística reversa 27
VEÍCULOS DIVERSOS 28
Bioeletricidade é a terceira fonte mais importante no Brasil 28
Consulta pública do Gasbol alivia distribuidoras do Centro-Sul 29
ANP abre consulta pública para edital da concorrência por gasoduto Bolívia-Brasil 30
RenovaBio: ANP faz consulta pública sobre metas de descarbonização 31
Produção de petróleo em janeiro aumentou 0,6% em relação a 2018 32
Bento Albuquerque debate agenda de trabalho em Washington 34
Eletrobras não será privatizada, mas capitalizada, diz ministro, citando Embraer 36
Petrobras quer lei contra furto de combustível 37
Proposta do governo prevê que índio não poderá vetar mineração 39
FOLHA DE S. PAULO 40
Painel 40
Mônica Bergamo: Guedes quer acelerar cobrança de grandes devedores da Previdência 42
O que a Folha pensa: Desacelera, São Paulo 44
João Doria lança pacote de incentivos para montadoras 45
ESTADÃO 46
Mulher, você pode! 46
MP apura se área de segurança da Vale trocou auditor para liberar barragem 48
Serra quer que Guedes abra cálculos da reforma 50
Promotoria vai à Justiça para suspender concessão do Ibirapuera 51

VALOR ECONÔMICO 52
Ministro promete reforma profunda para evitar nova tragédia 52
Discurso mira recuperação no exterior da credibilidade do setor 54
Itaipu busca acordo antes de visita de presidente paraguaio 55
Brasil ainda está longe de esgotar potencial eólico 57
Microplástico em tecidos invade o meio ambiente 58

Data: 08/03/2019

Veículo: Rádio Jovem Pan

Obras no Rio Tietê vão melhorar a qualidade da água de 2,2 milhões de pessoas

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19164843&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Ambiente Energia

Data: 08/03/2019

Capturar carbono de biomassa é mais barato e gera emissão negativa

É muito mais barato capturar e estocar o dióxido de carbono (CO2) gerado por biomassa do que o carbono oriundo de fontes fósseis. A diferença entre a Carbon Capture and Storage (CCS) feita a partir de biomassa daquela realizada a partir de fósseis pode chegar de USD 90,00 por tonelada de carbono.

Essa estimativa foi apresentada pelo diretor de ciência do Energy Research Centre of the Netherlands (ECN), Andre Faaij, durante o workshop "Carbon Capture, Storage and Use and Bioenergy", que aconteceu nos dias 25 e 26 de fevereiro, no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP), em São Paulo. Além disso, a tecnologia de CCS aplicada à biomassa, dizem os experts, gera emissão negativa.

Realizado pelo Fapesp Shell Research Centre for Gas Innovation (RCGI), em parceria com o Consulado Geral da Holanda no Brasil, o evento foi organizado pela professora Suani Coelho, do IIE/USP, e reuniu especialistas do Brasil e da Holanda para discutir as perspectivas da aplicação das tecnologias BECCS (Bioenergy with CCCS).

Além do diretor científico do RCGI, Julio Meneghini; da consulesa holandesa para Ciência, Tecnologia e Inovação, Petra Smits; e do **secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Marcos Penido**; estiveram presentes no evento representantes da Shell, USP e da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp).

Custo na prática – Segundo Faaij, na Europa, as primeiras iniciativas de CCS começaram há dez anos, para capturar o CO2 de gases emitidos por termelétricas movidas a carvão ou gás natural. "A porcentagem de CO2 era de 5%, 6%, o que exigia um investimento grande para fazer o processo de concentração e absorção do carbono. A conta era alta, algo como cem dólares por tonelada, talvez um pouco menos se o processo fosse mais eficiente", disse.

"Agora, se olharmos para os processos fundamentais de conversão de biomassa na geração de energia, como a fermentação, por exemplo, veremos que as usinas entregam CO2 puro como bioproduto das reações. Assim, só é necessário capturar e comprimir.

Toda a energia e a engenharia do processo é simplificada e pode-se chegar a um custo de, talvez, dez dólares por tonelada", acrescentou.

De acordo com Faaij, os modelos usados pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) para simular esses custos são macro modelos, com input limitado de detalhes, o que é compreensível, pois são modelos globais.

Pela conta do IPCC, o custo estaria na casa de USD 135 a USD 5.500 por tonelada em 2030. "Considerando todo o portfólio de opções de mitigação – as renováveis, as medidas de eficiência energética, os novos processos, os carros do – percebe-se que há muito a fazer, mas também que boa parte do potencial de mitigação pode ser realizada com um custo abaixo do valor de cem dólares por tonelada", afirmou.

Faaij também listou as principais aplicações que as BECCS teriam na indústria e na produção de energia. "Processos de produção de energia com combustível 'flex', como plantas térmicas movidas a carvão e/ou gás; plantas produtoras de combustíveis sintéticos, processos baseados em fermentação e digestão anaeróbia, biorefinarias, petroquímicas, a indústria alimentícia – em todos esses setores as BECCS seriam bem-vindas.

Mas é necessário ter instalações de estocagem a menos de 300 quilômetros, infraestrutura energética compatível e sistemas complexos de larga escala para estocagem."

Rota promissora – Outra vantagem apontada pelos especialistas é que capturar o carbono gerado por biomassa e estocá-lo resulta em emissões negativas – pois as emissões geradas por esses energéticos já seriam neutralizadas pela própria natureza dos recursos, que são renováveis.

"A Holanda precisa da emissão negativa para alcançar a meta de reduzir em 95% suas emissões

de gases-estufa até 2050 e a produção de biocombustíveis com CCS parece ser uma das rotas mais baratas e promissoras", afirmou Martin Junginger, do Copernicus Institute, na Utrecht University.

Ele ressaltou que o mix de opções aventado pela indústria em seu país para reduzir emissões em suas plantas inclui medidas de eficiência energética; processos power-to-heat; fontes renováveis para gerar calor, como a energia geotérmica e a biomassa; hidrogênio e CCS.

Prova de viabilidade

Para o professor Sacha Kersten, da Universidade de Twente, é preciso tempo para o desenvolvimento de uma tecnologia de aproveitamento energético realmente viável.

"Até que ela tenha uma participação relevante no mix de energias utilizadas pelo país e pelo globo demora um pouco: foi assim com o uso do carvão e do petróleo e está sendo assim com as energias renováveis como solar, eólica e biomassa."

Expert em conversão de biomassa, Kersten focou em sua apresentação os processos de gaseificação, liquefação, pirólise, produção de bioquímicos e biomateriais, fotossíntese artificial e captura de carbono.

"A gaseificação pode ser aplicada à biomassa líquida – como óleos, glicerol, solução de açúcar e algas – ou sólida, como madeira, para obtenção de gases combustíveis, gás de síntese e bioquímicos", explicou o professor.

Ele destacou, ainda, a importância de moléculas simples como o metanol, que tem ampla aplicação na indústria e pode ser obtido de biomassa. Mas chamou a atenção para uma etapa de purificação necessária para a obtenção de produtos de boa qualidade oriundos dessa fonte renovável.

"Muitos produtos da conversão de biomassa apresentam contaminantes, já que ela é um composto de vários elementos. Isso acarreta a necessidade de etapas de purificação, encarecendo o processo."

O FAPESP SHELL Research Centre for Gas Innovation (RCGI) é um centro de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela Shell.

Conta com 320 pesquisadores que atuam em 46 projetos de pesquisa, divididos em quatro programas: Engenharia; Físico/Química; Políticas de Energia e Economia; e Abatimento de CO2.

São projetos que visam reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa (GEEs), em especial o CO2

https://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2019/03/capturar-carbono-de-biomassa-e-mais-barato-e-gera-emissao-negativa/35803

Voltar ao Sumário

Veículo: Jornal Estação

Data: 08/03/2019

Obras no Tietê vão melhorar qualidade da água para 2,2 milhões de pessoas

4 SÃO PAULO São Paulo, sexta-feira, 8 de março de 2019 ESTAÇÃO Para anunciar ligue: (11) 2823-0800

Obras no Tietê vão melhorar qualidade da água para 2,2 milhões de pessoas

O prefeito Bruno Covas e o secretário de estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido, vistoriaram nesta quinta-feira (7) uma das obras de ampliação do sistema de interceptação de esgotos do Sistema Barueri, que vai melhorar a qualidade da água de aproximadamente 2,2 milhões de pessoas.

O Interceptor Tietê 7 é uma tubulação que fará a captação e o envio de esgotos de 13 bairros da capital como Bela Vista, Consolação, Vila Buarque e Santa Efigênia, além de República, Anhangabaú, Luz, Sé, Liberdade, Aclimação, Cambuci, Ipiranga e Sacomã para a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Barueri.

"Essa obra vai beneficiar uma população de 2,2 milhões de pessoas com um novo sistema de coleta e tratamento de esgoto que vai se complementar ao atual", destacou o prefeito Bruno Covas. O túnel em escavação, com cerca de 18 metros de profundidade, vai da Avenida do Estado, na altura da Ponte da Casa Verde, até a Ponte do Piqueri, seguindo sob a marginal do rio Tietê.

"Hoje nós estamos com 97% de todo o túnel feito. Esses trabalhos estarão concluídos em 30 dias e vamos prosseguir com todas as interligações", disse o secretário de estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido.

O prefeito conheceu o interceptor localizado à margem esquerda do Rio Tietê, com 7,5 km de extensão, cujas obras foram iniciadas em 2016. Em setembro de 2018, foi concluída a construção do Coletor Tronco Anhangabaú. O trabalho, com custos de R$ 358 milhões, permitirá que o esgoto seja levado a um sistema de tratamento do governo do estado, na cidade de Barueri.

Fotos: Luiz Guadagnoli/Secom

Edificações estão sendo executadas pela Sabesp

As edificações do município são executadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Em 23 de junho de 2010, a Prefeitura de São Paulo e o governo do estado firmaram acordo com a Sabesp para execução de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital pelos próximos 30 anos.

A construção faz parte de um conjunto de obras que contempla, entre outras, a implantação dos coletores tronco Anhangabaú e Baseball e de outro interceptor (ITa-1J). As intervenções estão sendo executadas no âmbito do Projeto Tietê e beneficiarão grande área nas margens do rio Tamanduateí.

Voltar ao Sumário

Veículo: Diário de Mogi

Data: 08/03/2019

Estado aumenta vazão da Barragem de Taiaçupeba

O Diário
www.odiariodemogi.com.br
FUNDADOR: FIRMINO DA SANTA BÁRBARA
Mogi das Cruzes, sexta-feira, 8 de março de 2019
ANO 62 | Nº 17.947 R$ 1,00

BASQUETE
Cadum dirige Mogi/Helbor em jogo decisivo
ESPORTES | 4

ECONOMIA
País depende da reforma da Previdência para avançar, diz Bolsonaro
PANORAMA | 4

MUNDO
Falta de gasolina na Venezuela amplia crise
PANORAMA | 3

CIDADES
Carreta fará exames de mamografia PÁG. 1
MP denuncia ex-delegado da Dise PÁG. 2

ESPORTES
Weverton sofre

Estado aumenta vazão da Barragem de Taiaçupeba

NÍVEL ELEVADO O Rio Tietê em trecho da Avenida João XXIII ainda está com volume acima do normal e mantém áreas alagadas

DAEE eleva para 700 litros por segundo a saída de água na represa do Sistema Alto Tietê

O Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) voltou a aumentar a vazão da Represa de Taiaçupeba, em Suzano, devido ao alto volume armazenado na barragem, que continua crescendo diariamente. No final de fevereiro, o órgão já havia ampliado a liberação de água de [illegible] para [illegible] litros por segundo, mas agora elevou para [illegible] litros por segundo. Ainda assim, a represa batia ontem 85,70% de armazenamento, segundo dados da Sabesp. CIDADES | 3

Área do Parque Centenário

Voltar ao Sumário

Veículo: Portal do GESP

Data: 07/03/2019

No Carnaval, Travessias Litorâneas levaram mais de 270 mil usuários

Equipes de apoio ao trânsito atuaram pela primeira vez no auxílio aos motoristas, que contaram com novo aplicativo do serviço

A Operação Carnaval Mais Seguro, da Secretaria de Logística e Transportes (SLT), registrou a passagem de mais de 275 mil usuários nas oito travessias litorâneas (litoral norte, centro e sul) administradas pela DERSA – Desenvolvimento Rodoviário, de sexta-feira (1º) até ontem (6).

Desse total, mais de 160 mil foram veículos (automóveis e motos). Além disso, foram 6.310 viagens realizadas com as embarcações.

Para atender a demanda do feriado prolongado, o Governo de São Paulo desencadeou uma série de medidas para agilizar o serviço e dar mais segurança aos usuários, como o aumento do efetivo, a manutenção noturna das embarcações, o trabalho inédito de apoio ao trânsito nas filas e o reforço da sinalização e da orientação aos usuários, com a instalação de banners e 13 novos PMV´s (painéis com informações em tempo real sobre a travessia) em pontos estratégicos.

Travessia Santos/Guarujá – Mais de 110 mil veículos passaram pelo sistema, que recebeu o reforço de uma balsa, a FB-15, com capacidade para 24 veículos, e contou com seis embarcações no total durante o período. A manutenção noturna, implantada pela nova gestão da DERSA, evitou que paradas de embarcações no período matutino – quando há maior movimento nas travessias – atrapalhassem a operação.

A média do tempo de embarque esteve dentro dos padrões considerados normais para um feriado de grande fluxo de veículos: em Santos foi de 25 minutos e no Guarujá foi de 27 minutos. Destaque para o sábado (2) e a terça-feira (5) em que os tempos de embarque não passaram de 15 minutos e registraram até passagem livre de carros para as balsas – sem fila, portanto.

Travessia São Sebastião/Ilhabela – O sistema contou com oito embarcações, sendo sete balsas e uma lancha de passageiros. Mais de 29 mil veículos utilizaram a travessia e as médias de tempo de embarque também ficaram dentro dos padrões para um feriado prolongado: em São Sebastião foi de 40 minutos e em Ilhabela foi de 37 minutos. Como ocorreu em Santos/Guarujá, também houve de embarque sem filas em São Sebastião/Ilhabela.

Litoral Sul – O destaque foi para as travessias Cananeia/Ilha Comprida e Iguape/Jureia, que também contaram com o reforço de mais uma balsa cada uma, totalizando duas embarcações em cada sistema. Quase 6 mil veículos utilizaram o sistema Cananeia/Ilha Comprida e 2.211 veículos passaram pela travessia Cananeia/Continente.

Estrutura – No total, foram 907 profissionais envolvidos nas oito travessias sendo 652 funcionários somente na área operacional, efetivo 5,2% superior ao ano passado, quando neste departamento atuaram 620 pessoas.

Pela primeira vez, a DERSA colocou equipes de apoio ao trânsito, em conjunto com os órgãos de trânsito municipais para auxiliar na organização das filas nos viários municipais. Outra novidade foi a equipe de manutenção noturna que esteve de plantão 24h, evitando assim, que certos serviços fossem realizados nas embarcações no período matutino, interferindo nas operações.

A sinalização também esteve reforçada com 70 banners indicativos, 600 cones e 13 novos painéis de mensagens variáveis (PMV's). Além disso, foram distribuídos cerca de 20 mil folhetos com orientações de segurança e informações gerais sobre as travessias, tanto para os motoristas, quanto para os ciclistas e pedestres.

Em São Sebastião, no litoral norte, a DERSA disponibilizou uma estrutura reforçada com sanitário, fraldário e pontos de hidratação na área de fila da balsa. O **Projeto Verão no Clima, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, fez uma "blitz" com monitores abordando os** usuários com dicas e orientações sobre preservação ambiental.

Parceiros realizaram atividades lúdicas ligadas ao carnaval, como marchinhas com o tema do lixo no litoral e distribuíram água e lixeiras para os carros. A iniciativa também foi realizada na Travessia Santos/Guarujá.

Aplicativo das Travessias Litorâneas

Desde que foi lançado, juntamente com a Operação Carnaval Mais Seguro, em 28 de fevereiro, o aplicativo das Travessias Litorâneas já contabilizou mais de 1.100 downloads.

Com o app gratuito, o motorista conta com informações em tempo real sobre as condições das Travessias e imagens das câmeras de monitoramento da DERSA. O aplicativo está disponível para o sistema Android gratuitamente para download no Google Play.

http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/balanco-travessias-litoraneas-levaram-mais-de-270-mil-usuarios-no-carnaval/

Voltar ao Sumário

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Veículo: Minha Campinas Notícia
Data: 08/03/2019

Cetesb multa empresa incendiada em Valinhos por poluição

A Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) multou a empresa Ten Four Indústria e Serviços, de Valinhos, em R$ 132,6 mil, por causar poluição. A empresa que fazia a armazenagem e distribuição de produtos químicos foi destruída após um incêndio em 24 de janeiro passado.

Além da emissão de fumaça e odor na atmosfera, a agência informou que houve lançamento de resíduos no córrego Pinheirinho, que passa pela região do Nova Espírito Santo.

A empresa ainda pode recorrer da decisão da Cetesb já que o prazo para pagamento não foi encerrado. À época, a Prefeitura informou que a empresa tinha documentos que habilitavam o funcionamento.

A empresa que ficava na Rodovia dos Agricultores foi demolida pela Administração Municipal um dia depois do ocorrido.

Nenhum representante da empresa foi localizado pela reportagem.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19159646&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: G1 Campinas

Data: 07/03/2019

Destruída após incêndio, empresa de Valinhos é multada pela Cetesb em R$ 132,6 mil por poluição

Agência afirma que penalidade é decorrente da emissão de intensa fumaça na atmosfera e do lançamento de resíduos em córrego. Caso ocorreu em janeiro e, à época, ninguém ficou ferido.

A empresa destruída após um incêndio em Valinhos (SP) no mês de janeiro foi multada em R$ 132,6 mil pela Companhia Ambiental do estado (Cetesb) por causar poluição. A penalidade foi aplicada para a Ten Four Indústria e Serviços em fevereiro, mas a confirmação foi feita nesta quinta-feira (7).

Além da emissão de intensa fumaça e odor na atmosfera, a agência destaca que houve lançamento de resíduos no córrego Pinheirinho, que passa pela região do Nova Espírito Santo. Antes disso, porém, a Cetesb havia mencionado que o incêndio não afetou o Rio Atibaia e o Ribeirão Pinheiros, mas mencionou "impacto momentâneo" na qualidade do ar. À época, ninguém ficou ferido.

A assessoria da Cetesb informou que a empresa ainda pode apresentar recurso contra a multa, uma vez que o prazo para pagamento não foi encerrado. O G1 tentou contato com representantes da Ten Four Indústria e Serviços por telefone e e-mail, mas não houve retorno até esta publicação.

Já a Prefeitura informou que a empresa tinha documentos que habilitavam o funcionamento.

A empresa atua atua no setor de produtos químicos e todos os funcionários conseguiram deixar a estrutura a tempo após início do incêndio. Na ocasião, a Secretaria de Segurança chegou a fazer um alerta sobre possível toxicidade da fumaça provocada pela queima dos materiais na estrutura e pelo menos cinco pessoas procuraram auxílio na UPA e na Santa Casa do município.

Segundo a Cetesb, a Sanasa, empresa responsável pela captação de água do Rio Atibaia para abastecer 95% de Campinas (SP), não comunicou nenhuma "inconformidade" com a água do manancial. Já o Ribeirão Pinheiros, informou a agência, não foi atingido por conta de barreiras montadas pela empresa perto das galerias pluviais para evitar contato com dejetos do incêndio.

Os Bombeiros ultrapassaram 24 horas de trabalho para encerrar o combate ao fogo na área. Entre as hipóteses avaliadas sobre a causa do incêndio é uma possível reação química dentro do galpão. No local, a Ten Four fazia produtos usados na manutenção de piscinas.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19142985&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Gr Noticias

Data: 08/03/2019

Meio Ambiente cria comissão para recuperação do reservatório

A Secretaria de Meio Ambiente de Americana realizou uma reunião para discutir a atual situação da Represa do Salto Grande, com com a presença de 250 pessoas. Durante o encontro, foi anunciada a formação de uma comissão com o objetivo de buscar soluções e planejar ações em todas as instâncias que resultem na preservação e recuperação da Represa.

Meio Ambiente reúne 250 pessoas e cria comissão para recuperação da Represa de Salto Grande. (Marilia Pierre)

'Quero parabenizar o secretário de Meio Ambiente, Odair Dias, pela iniciativa e por conseguir reunir tantas pessoas. Essa união, com certeza, trará frutos. É muito bom ver a região tentando salvar a represa', disse o prefeito de Americana, Omar Najar.

O secretário Odair Dias ressaltou que a represa tem 70 anos e Americana continua sofrendo com a atual situação, sendo preciso tomar uma iniciativa. 'Agradecemos todos os presentes, principalmente a população. Assinamos uma carta de compromisso e vamos juntar forças para a recuperação da represa', enfatizou. Durante o encontro, os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas, apresentar ideias e projetos sobre o tema.

Entre os presentes estavam os promotores Ivan Carneiro Castanheira e Rodrigo Sanches Garcia, a deputada estadual Valéria Bolsonaro, o deputado estadual Chico Sardelli, o diretor geral do DAE (Departamento de Água e Esgoto), Carlos César Gimenez Zappia, além de representantes de 16 cidades, vereadores, da CPFL Renováveis, da Agemcamp e da Cetesb. Os municípios participantes foram: Americana, Valinhos, Limeira, Piracicaba, Itatiba, Campinas, Jaboticabal, Hortolândia, São Paulo, Jarinu, Jundiaí, Nova Odessa, Louveira, Santa Bárbara d Oeste, Atibaia e Paulínia.

Uma próxima reunião está marcada para o dia 5 de abril, às 9 horas, na Câmara Municipal de Americana, na qual serão apresentadas a ata do encontro de hoje e propostas que forem sugeridas nesse período.

O post Meio Ambiente cria comissão para recuperação do reservatório apareceu primeiro em GRNoticias&Negócios.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19141988&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: The Intercept

Data: 08/03/2019

O ar de São Paulo está muito pior do que divulga o governo

Eduardo Geraque

Em dezembro de 2016, as autoridades parisienses tomaram uma medida extrema: limitaram a circulação de carros pela quarta vez em 20 anos na cidade por causa da poluição alarmante. No Brasil, se o estado de São Paulo usasse a mesma régua dos franceses, 480 alertas de emergência para poluição seriam disparados em um único ano.

Aqui, o aviso nunca dispara por um motivo simples: os limites da qualidade do ar são mais frouxos, muito maiores do que os de países desenvolvidos. A Organização Mundial de Saúde atualizou seus padrões de poluição em 2006, após vários estudos científicos. Mas o Brasil ainda se recusa a seguir o padrão internacional. É como se os pediatras passassem a considerar uma criança com febre quando o termômetro indicasse 39° C e não 37° C.

Não acredite nos relógios: os limites frouxos adotados por aqui enganam você.

São Paulo tem a legislação ambiental mais avançada do país sobre poluição atmosférica - mas, ainda assim, o estado está longe dos padrões internacionais. Para calcular essa diferença, o Instituto Saúde e Sustentabilidade comparou as medições da qualidade do ar feitas pela Cetesb, a agência ambiental paulista ligada ao governo estadual, com a régua da OMS. No estado, o limite aceitável de ozônio, por exemplo, é de 140 microgramas por mililitro em um intervalo de oito horas. A organização recomenda no máximo 100 microgramas.

Seguindo os critérios da Cetesb, o alarme do poluente soou 36 vezes em 2015 na região metropolitana. Mas, se o estado adotasse o padrão da OMS, o número de dias com atmosfera tóxica seria 2700% maior - teriam sido mais de 1000 alertas.

A situação é ainda pior para quem costuma correr nas alamedas arborizadas da Cidade Universitária ou gosta de passear com o cachorro pelo parque do Ibirapuera. Na USP, por exemplo, foram 55 dias no ano com um ar danoso à saúde, onde o nível de emergência para o poluente foi atingido.

Também estão na lista suja, pela ordem, o centro de São Bernardo do Campo, o bairro de Santana, na zona norte e Interlagos, na zona sul da capital paulista.

A lista considera apenas o poluente ozônio, formado principalmente a partir das substâncias tóxicas eliminadas pelos escapamentos dos automóveis, dos caminhões e dos ônibus, principalmente quando usam o diesel. O ozônio, que ajuda a piorar quadros de doenças crônicas, provoca muitos danos quando inalado.

A molécula de ozônio não é a única vilã. O impacto causado pelos grãos microscópicos de poeira - ou 'material particulado', como chamam os pesquisadores - também está subestimado. Os dados oficiais apresentados pelo governo tucano indicam que o padrão anual paulista para o material particulado grosso passou dos limites em apenas cinco estações medidoras em 2015, ano em que os dados foram coletados, o que representa 10% da rede de monitoramento. Com a régua da OMS, entretanto, o mesmo poluente passou dos padrões aceitáveis em 48 pontos de medição - 92% do total.

As cidades de Cubatão, Santa Gertrudes, por causa do polo cerâmico, São Caetano e Santos também estão na lista dos locais mais poluídos do estado com o material particulado.

Os estudos feitos na USP pela equipe do professor Paulo Saldiva, um dos maiores especialistas do mundo em poluição atmosférica, não deixam dúvidas de que a atualização dos padrões da poluição do ar é urgente.

Saldiva estima que, a cada ano em que a legislação não é modernizada, 17 mil pessoas morrem por causa da poluição. Com índices subestimados, o governo não se mexe para baixar as concentrações de poluentes - e evitar mortes prematuras. Em 2010, durante uma crise de ar seco na cidade, especialistas sugeriram ao então prefeito Gilberto Kassab (na época no DEM) e ao governador Alberto Goldman, do PSDB, que restringissem a circulação de carros para tentar minimizar o nível de poluição na cidade. Eles cruzaram os braços.

'Um dos grandes interessados em não atualizar os padrões é o governo. Se os níveis mudam, a poluição vai piorar.'

Os cálculos de Saldiva mostram que, com os níveis atuais de poluição, 250 mil pessoas vão morrer na região até 2030 em consequência do ar tóxico de São Paulo. Crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, principalmente com problemas cardíacos e respiratórios, são as que mais perdem a vida para a poluição atmosférica. O governo gasta de cerca de R$ 1,5 bilhão para tratar essas condições.

Em 2015, só o material particulado lançado na atmosfera ajudou a matar 11.200 pessoas no estado de São Paulo - 31 mortes por dia. Para comparar, acidentes de trânsito mataram por volta de 22 pessoas por dia.

'Um dos grandes interessados em não atualizar os padrões é o governo. Se os níveis mudam, a poluição vai piorar. O Ministério Público vai poder agir mais, e a Cetesb, que não tem estrutura para fiscalizar, vai acabar tendo mais problemas', diz Saldiva.

O estado de São Paulo, em 2013, até ameaçou modernizar sua legislação. Um novo projeto de lei foi escrito e aprovado, citando que era preciso atingir as metas propostas pela OMS, mas os autores da lei não definiram um cronograma para que a nova régua passasse a ser usada na prática. 'Foi igual por um botox', brinca Saldiva.

O paraíso do diesel

A maior parte da poluição em centros urbanos como São Paulo é causada pelos automóveis. Eles são responsáveis por 73% das emissões de gases que contribuem para o aumento do efeito estufa, segundo dados do Instituto Energia e Meio Ambiente. Os ônibus, que rodam quase sempre a diesel, respondem por outros 24%.

No ano passado, o Brasil aprovou uma medida para começar a aumentar, gradativamente, o teor do biodiesel no diesel - medida que, entre outras consequências, pode diminuir a emissão de poluentes. As novas regras, que começam a valer em junho de 2019, prevêem um aumento de 10% para 15% na mistura do combustível até 2023, aumentando um ponto percentual a cada ano.

Veículos com motores mais modernos, menos poluentes, são produzidos aqui - mas só rodam na Europa.

A Anfavea, associação da indústria automobilística nacional, é contra implementar a medida agora. Segundo os fabricantes, a frota atual não está preparada para receber o combustível e a mudança provocaria desgaste nos veículos. Também alegam que a mistura não foi testada. A entidade enviou um relatório contestando a decisão para o Ministério das Minas e Energia.

O setor industrial, que faz um lobby forte dentro do governo, também pressiona para deixar tudo como está. Como os limites brasileiros de poluição estão defasados, fazer caminhões aqui, por exemplo, com o objetivo de exportar para a África e outras regiões onde a tolerância com a poluição é tão alta quanto no Brasil pode ser vantajoso. Ajustar os medidores significaria perder mercados.

Um dos casos emblemáticos é a implantação dos limites de poluição para caminhões e ônibus. A União Europeia, por exemplo, adotou em 2013 um novo padrão. Mas, no Brasil, veículos ajustados para emitir os mesmos índices de poluentes só vão começar a rodar a partir de 2022 - a indústria automobilística argumenta que não é possível fazer nada do dia para noite.

Detalhe: montadoras como a Scania, que exportam para a Europa, já fazem caminhões com motores modernos, menos poluentes, em suas fábricas brasileiras. Mas eles não rodam por aqui. Saem da fábrica e cruzam o Atlântico.

The post O ar de São Paulo está muito pior do que divulga o governo appeared first on The Intercept.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19162330&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Radio Agencia Nacional

Data: 07/03/2019

Centenas de peixes morrem em afluente do Tietê após contaminação por espuma com resíduos químicos

A cidade de Salto, no interior de São Paulo, foi surpreendida nesta terça-feira (5) por montanhas e mais montanhas de espumas que surgiram no leito do córrego do Ajudante, afluente do rio Tietê.

Em alguns trechos, a espuma chegou a passar dos cinco metros de altura em relação ao leito do rio.

A chuva que caiu na noite de terça-feira (6) ajudou a dispersar a espuma, mas a contaminação provocou uma grande mortandade de peixes, como conta o vereador Edemilson Santos, do Democratas, que vistoriou o leito do rio.

Segundo a Cetesb, a Companhia Ambiental de São Paulo, a espuma tem origem em resíduos usados por uma empresa de produtos químicos para a fabricação de sabão em pó.

Esses resídios foram deixados no pátio da empresa e, com a chuva, o material acabou atingindo o sistema de drenagem de águas da cidade e, depois, o córrego.

A Cetesb não informa o nome da indústria, mas confirma que a empresa fica no bairro de Olaria.

A única indústria química no local é a Química Amparo, que fabrica os produtos de limpeza da marca Ypê.

Em nota, a empresa diz que analisou o caso da espuma e diz que não identificou causas internas que possam ser atribuídas a ela a responsabilidade pelo acúmulo de espuma no rio.

Mas, de acordo com o vereador, não há como negar onde começou o problema, pois é recorrente.

Sonora: "Tem um video que foi feito pela Cetesb, dentro do próprio recinto da empresa onde caiu todo o volume de produtos químicos da empresa, da fabricação de sabão em pó é onde gerou tudo isso. Não é a primeira vez que ocorre. Vai fazer cerca de 10 anos que eu venho denunciando essa irregularidade."

Segundo Edemilson Santos, a Cetesb chegou a aplicar uma multa na indústria por infração ambiental.

A informação não foi confirmada pela companhia, que, em nota, disse que está avaliando que medidas vão ser tomadas para punir os responsáveis.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19145503&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Cruzeiro do Sul
Data: 08/03/2019

O ralo de São Paulo

A falta de cuidado do ser humano com o meio ambiente e mesmo com as mais elementares regras de educação têm transformado a cidade de Salto, na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) no ralo do Estado de São Paulo. Como se sabe, todo lixo jogado no chão, em terrenos, ruas, principalmente embalagens feitas de plástico, depois de entupir e estreitar os dutos dos sistemas de drenagem das cidades, como de um corpo doente, acaba sendo lançado nos rios. O rio Tietê é o maior curso d'água desta parte do Estado e principal formador da bacia hidrográfica que tem seu nome. Ele nasce em Salesópolis, na Serra do Mar, e segue rumo ao interior. Nas suas primeiras dezenas de quilômetros, quando atravessa a Região Metropolitana de São Paulo no sentido leste-oeste, transforma-se na maior rede de esgoto a céu aberto do País, depositário de todo lixo jogado displicente na rua por milhões de habitantes da maior megalópole da América do Sul. Carregado de sujeira, lixo, esgoto e produtos tóxicos de toda natureza, transforma o trecho próximo à cidade de Salto num grande ralo, onde fica retida boa parte desse material.

Em épocas de chuvas como a que estamos atravessando, ao cruzar a cidade de Salto, que como o próprio nome diz tem trechos de queda abrupta do leito do rio com formações rochosas tortuosas, emerge da massa de água um verdadeiro tsunami de lixo e embalagens plásticas que haviam ficado presas no fundo do curso d'água. São milhões de garrafas pet de refrigerantes, embalagens plásticas de produtos diversos, pneus e toda sorte de resíduos que pessoas que pouco se importam com o meio ambiente descartam sem qualquer cuidado. O lixo e as embalagens invadem inclusive pontos turísticos da cidade, como o Parque das Lavras, entre outros.

Esse lixo retido na região de Salto traz um problema adicional para a prefeitura do município. Além de gastar com a retirada do material dos locais invadidos pelo tsunami de plástico, deslocando funcionários e equipamentos do setor de limpeza da cidade, todas essas toneladas de resíduos acabam ocupando espaço e diminuindo a vida útil do aterro sanitário que serve ao município, sem que o governo local seja ressarcido por esses gastos. Dias atrás, devido à chuva forte, o córrego do Ajudante invadiu uma área industrial daquele município e levou uma carga de produtos utilizados na produção de sabão em pó. Esse material se transformou em nuvens de espuma que invadiram vários bairros. Em épocas de estiagem também é comum encontrarmos grande quantidade de espuma na região. Com pouca água no leito do rio, aumenta a concentração de produtos químicos, principalmente detergentes e o vento faz o resto do trabalho, criando nuvens de espuma tóxica.

O despejo do esgoto produzido pelos municípios da Região Metropolitana de São Paulo sem qualquer tratamento no rio Tietê e seus afluentes é uma vergonha nacional. Um problema que governadores fingem que vão solucionar e entregam o Estado aos seus sucessores sem qualquer solução. O descarte de lixo, sobretudo embalagens plásticas de todo tipo em locais que possam ser levados para cursos d'água é outro problema sério e, nesse caso, a educação da população tem peso relevante. É preciso que governantes convençam as pessoas que materiais plásticos levam em média 450 anos para serem totalmente decompostos e até que isso aconteça, trazem inúmeros problemas para a natureza. Já existem ilhas gigantescas formadas apenas por material plástico e lixo nos oceanos. A maior delas, localizada no Pacífico, já é considerada uma das maiores catástrofes ambientais produzidas pelo homem. Está localizada entre a costa da Califórnia, Estados Unidos, e Havaí e tem uma área aproximada de 1,6 milhão de quilômetros quadrados (mais que duas vezes o território da França) e é formada por milhões de toneladas de lixo plástico. Se continuarmos nesse ritmo,

a previsão é de que em 2050 teremos mais lixo do que peixe nos oceanos. Plásticos em geral e principalmente o usado nas garrafas pet já são recicláveis, mas têm baixo preço no mercado. Basta ver que na montanha de lixo estacionada em Salto são raras as latinhas de alumínio, material de maior valor e cobiçada pelos catadores. A situação do acúmulo de plástico no planeta está se tornando tão sério que seria o caso de se estudar a possibilidade de obrigar a aplicação da logística reversa para quem fabrica esses materiais. Ou seja, obrigar quem inunda o mercado de embalagens plásticas a recolher os produtos após o uso, como acontece com fabricantes de pilhas ou baterias. Essa irresponsabilidade com o planeta precisa acabar.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19154962&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: G1 Mogi das Cruzes

Data: 07/03/2019

Desassoreamento que pode evitar enchentes em Itaquaquecetuba divide opiniões entre vereadores, Prefeitura e Daee

Um dos locais afetados é a Vila Maria Augusta. Os moradores de lá andam acostumados a viver com água na porta de casa por dias depois de um temporal.

"A água não baixa de jeito nenhum. A gente paga IPTU todo mês, se não pagar, a Prefeitura vem alegar que a gente não paga. É melhor morar num barco", diz o cabeleireiro Mauricio Aparecido Lopes.

A situação é dividida com os moradores de pelo menos outros três bairros do município, que têm o Rio Tietê como vizinho.

Nos primeiros 15 dias de fevereiro, moradores do Jardim Fiorello enfrentaram cerca de quatro enchentes. Uma das mais fortes foi no dia 12, quando o Rio Três Pontes, que separa os municípios de Itaquaquecetuba e São Paulo, transbordou depois de uma hora de chuva forte.

Pelas imagens feitas pelos moradores dá pra ver a força da água, que chegava a passar por cima dos muros da ponte. Muita gente ficou sem conseguir ir trabalhar, outras ficaram ilhadas dentro de casa.

Há mais de 6 anos, um grupo de vereadores acompanha o desassoreamento do Rio Tietê no município. A vereadora Adriana Aparecida Félix conta que em 2017, as máquinas do Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee), trabalhavam nessa região, entre as vilas Japão e Maria Augusta.

"Eu sou moradora também aqui da Vila Japão e nós observamos que, conforme chovia, a água ficava parada e houve pontos de alagamento no bairro. E, em questão de minutos, a água já escoava", lembra a parlamentar.

Mas depois de três meses de trabalho, um desabamento de casas na Vila Sônia interrompeu os serviços. O Instituto Geológico chegou a fazer vistoria na área para saber se a obra do Daee causou a queda das moradias.

"O instituto concluiu que seria ideal a Prefeitura, juntamente com os técnicos, fazerem uma reunião para saber como seria feito esse serviço, porque o instituto fez um relatório invasivo, então não era por conta da obra, que teria acontecido este problema. Até a presente data, essa reunião houve só em novembro, que foi a Câmara que convocou através de um representante nosso. Houve essa primeira reunião que só um técnico Kimura e a Defesa Civil apareceram", diz a vereadora.

Na época a Defesa Civil de Itaquaquecetuba chegou a interditar casas de 84 famílias do bairro. Mas como elas não tinham para onde ir, em pouco tempo todas voltaram para os imóveis.

Segundo a vereadora, o Daee só voltaria com os trabalhos nessa região do Tietê se as famílias fossem retiradas da Vila Sônia. Para isso, a Prefeitura precisaria fazer o pagamento do aluguel solidário para cada uma delas. Mas a vereadora afirma, que mais de um ano depois do desmoronamento, nada foi feito.

"Os equipamentos estavam aqui parados há quase um mês, então eles foram para Mogi das Cruzes e se comprometeram voltar ao município para concluir, porque essa obra vai até o córrego duas pontes", diz a parlamentar.

A segunda etapa do desassoreamento do Tietê em Itaquaquecetuba, segundo o Daee, foi concluída este mês. Foram retirados cerca de 30 mil m³ de sedimentos. Depois dos últimos alagamentos na cidade, foi identificado que duas formações rochosas foram identificadas no leito do tietê.

Uma fica perto do Jardim Fiorello, já no limite com Itaim Paulista e a outra no leito do rio, que divide Itaquaquecetuba e São Miguel Paulista. Segundo os técnicos, essas rochas também

estariam prejudicando o escoamento das águas do Tietê.

"Pode haver pontos de assoreamento, que podem estar contribuindo para este represamento da água. Itaquaquecetuba forma um bolsão, porque vem chuva de Mogi, Arujá, Biritiba. Então nós temos aqui na frente um projeto de drenagem prejudicado, mais o acúmulo que vem dos outros municípios, por isso a sobrecarga no rio", avalia o coordenador da Defesa Civil de Itaquaquecetuba, Anderson dos Santos Silva.

O número cada vez maior de lixo, entulhos e moradias no leito do Tietê também sobrecarrega o rio. Para direcionar as ações, as equipes da Defesa Civil acompanham todo dia o volume e as chances de chuva para a cidade. Fora isso, coordenador diz ainda que o setor vem acompanhando a questão do desassoreamento do rio e a situação da Vila Sônia.

"O que nós fizemos foi um cadastramento dessas famílias, em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação e Planejamento, abrimos como Defesa Civil dois processos administrativos que estão em andamento para que possa ser feita a remoção dessas famílias. Claro que tem toda uma formalidade da Defensoria Pública que precisa ser cumprida, tem de ter um planejamento de remoção das famílias, ainda que seja temporário, e está sob estudo da secretaria", disse.

Em nota o Daee não respondeu À pergunta específica sobre a necessidade ou não da remoção das famílias para continuar o desassoreamento onde existem casas ocupando as margens do rio. Disse apenas que está em tratativas com a Prefeitura para prosseguir os trabalhos no município e que já fez o serviço em quatro quilômetros do Tietê em Itaquaquecetuba, de onde foram recolhidos 107 mil m³ de sedimentos e que hoje o desassoreamento é feito em Mogi.

A Prefeitura disse que se houver a necessidade de retirar as famílias não haverá reintegração de posse no local, pois a intenção é remover as ocupações irregulares identificadas como risco e não existe aluguel social no município.

https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/07/desassoreamento-que-pode-evitar-enchentes-em-itaquaquecetuba-divide-opinioes-entre-vereadores-prefeitura-e-daee.ghtml

Voltar ao Sumário

Veículo: SB 24 horas

Data: 08/03/2019

Consórcio PCJ é indicado a participar de Comissão para Revitalização da Barragem do Salto Grande, em Americana (SP)

Home RMC Consórcio PCJ é indicado a participar de Comissão para Revitalização da Barragem do Salto Grande, em Americana (SP)

RMC

Entidade enviou nessa quinta-feira (07) dossiê com informações adicionais ao secretário de meio ambiente do município

Na última sexta-feira, dia primeiro de março, aconteceu reunião no auditório do CCL (Centro de Cultura e Lazer) de Americana (SP) para discutir a situação da Represa do Salto Grande, tema de várias reportagens na mídia local e nacional sobre qualidade da água reservada e a segurança do reservatório. Durante o encontro, o Consórcio PCJ foi indicado a participar do grupo formado na ocasião para debater formas de recuperação do empreendimento, chamado de Comissão para Revitalização da Barragem do Salto Grande.

O evento contou com a participação de 250 pessoas. Pelo Consórcio PCJ, compareceram o secretário executivo, Francisco Lahóz, e o assessor técnico, Flavio Forti Stenico, que na ocasião representaram o Presidente da entidade e prefeito de Nova Odessa (SP), Benjamim Bill Vieira de Souza. O encontro ainda teve as presenças do prefeito de Americana, Omar Najar, os promotores Ivan Carneiro Castanheira e Rodrigo Sanches Garcia, a deputada estadual Valéria Bolsonaro, o deputado estadual Chico Sardelli, o diretor geral do DAE (Departamento de Água e Esgoto), Carlos César Gimenez Zappia, além de representantes de 16 cidades, vereadores, da CPFL Renováveis, da Agemcamp e da Cetesb. Os municípios participantes foram: Americana, Valinhos, Limeira, Piracicaba, Itatiba, Campinas, Jaboticabal, Hortolândia, São Paulo, Jarinu, Jundiaí, Nova Odessa, Louveira, Santa Bárbara d Oeste, Atibaia e Paulínia.

Lahóz destacou que Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ está concluindo a revisão do Plano de Bacias, que possivelmente implicará na implantação de tratamento terciário de efluentes em municípios acima da Represa de Americana. Porém, ele pontuou a necessidade de maior envolvimento das cidades da região com o tema, o que não se tem notado na participação dos municípios com a atualização do plano, inclusive alguns localizados acima do reservatório.

O secretário executivo do Consórcio PCJ ainda abordou sobre o problema de captações existentes na represa e na área de chegada (remanso) do Rio Atibaia, onde os níveis são difíceis de serem mantidos, dificultando o manejo operacional pela CPFL. Haveria a necessidade do estudo de todas as ocorrências, nesse sentido, com ações de mudanças de tais captações ou a realização de incrementos tecnológicos, que permitam manejos e operações regulares no nível desse reservatório.

O Consórcio PCJ enviou na última quinta-feira, dia sete de março, dossiê digital contendo vários estudos complementares sobre a barragem ao secretário de Meio Ambiente de Americana, Odair Dias, tais como: Estudo sobre Plano de Gerenciamento integrado para Remediação e proteção dos recursos Hídricos da sub-bacia do Atibaia, com ênfase no reservatório de Salto Grande; a Deliberação nº 058/2006 dos Comitês PCJ e um breve histórico sobre a barragem de Salto Grande. O material também foi enviado às autoridades e palestrantes do evento, permitindo a avaliação, complementação e contribuição dos mesmos a essa iniciativa.

Também foi indicado a participação do secretário na próxima reunião da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ (CT-MH), que acontecerá nessa sexta-feira, dia 08, para mobilizar os membros para discussões sobre a situação, revitalização e segurança do Reservatório de Americana.

Essa mesma indicação foi enviada ao coordenador da CT-MH, Alexandre Vilella, que respondeu dizendo que o tema é de extrema importância para as Bacias PCJ e necessário o envolvimento de outras Câmaras Técnicas do Comitês PCJ no debate, como a CT-PB (revisão do atual plano, metas de qualidade, enquadramento; a CT-Saneamento (operadores do saneamento público e privado); a CT-Saúde (plano de segurança da água e questões ligadas a saúde); e a CT-OL (outorga e licenciamento). Ele ainda informou que a CT-MH está à disposição para iniciar o debate com uma apresentação inicial em data a ser combinada entre a coordenação da Câmara e os organizadores da Comissão.

A próxima reunião da Comissão Revitalização da Barragem do Salto Grande ficou agendada para o dia 5 de abril, às 9 horas, na Câmara Municipal de Americana.

Sobre o Consórcio PCJ:

O Consórcio PCJ, fundado em 1989, é uma associação civil de direito privado, composta por 42 municípios e 29 empresas associados, que atua como uma agência de fomento, planejamento e sensibilização, com o objetivo de recuperar e preservar os mananciais, além de discutir a implementação de políticas públicas voltadas à gestão da água. A entidade é referência nacional e internacional na gestão de recursos hídricos, sendo membro de importantes entidades internacionais, como: O Conselho Munidial da Água, a Rede Internacional de Organismos de Bacias (Riob), a Rede Latino-Americana de Organismos de Bacias (Relob) e a Rede Brasil (Rebob).

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19145482&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Metro Campinas
Data: 08/03/2019

Foco

A Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) anunciou ontem que multou em R$ 32,6 mil a Indústria e Serviços Ten Four, de Valinhos, fábrica de produtos químicos que explodiu no dia 24 de janeiro, espalhando uma fumaça tóxica que se alastrou por toda a região, deixando a população em alerta sobre uma possível intoxicação. Duas pessoas chegaram a receber atendimento médico. De acordo com o órgão estadual, a multa foi pela emissão de fumaça na atmosfera, pela poluição e por lançar produtos químicos no córrego Pinheirinho. A empresa armazenava produtos usados na limpeza e manutenção de

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19160956&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Ubatuba Acontece
Data: 07/03/2019

Em 48 horas projeto Verão no Clima em Ilhabela recolhe quase 8 mil kg de lixo nas praias e cachoeiras

O prefeito de Ilhabela, Márcio Tenório, participou na quarta-feira (6), juntamente com a vice-prefeita, Maria das Graças Ferreira dos Santos Souza, a Gracinha; a secretária de Meio Ambiente, Maria Salete Magalhães e o secretário de Serviços Urbanos, Luiz Antônio dos Santos, o Luiz Lobo, do encerramento do projeto 'Verão no Clima 2019', na praia do Perequê.

Em uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo em parceria com a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, foram abordadas 3.680 pessoas, entre moradores, turistas e veranistas, e recolhidos 7.860 litros de lixo, das praias e cachoeiras do arquipélago, nos quase 90 dias de muito trabalho de educação ambiental, entre os dias 4 de janeiro a 6 de março. Grande parte desse lixo retirado, tratava-se de micro lixo, como tampas de garrafa, palito de sorvete e 'bituca' de cigarro, apesar de não ter grande volume, causa grande impacto na natureza.

As atuações do projeto passaram por diversos locais, entre eles praias e cachoeiras: Praias do Curral, Engenho D'água, Grande, Pequeá, Julião, Viana, Portinho, Siriúba, Feiticeira, Arrozal, Ilha das Cabras, Sino, Itaguassú, Pinto, Itaquanduba, Armação, Perequê e Ponta Azeda.Também receberam atividades de conscientização a fila da balsa e o caminhão cinema, na praça Alan Kardec, e a Corrida Verão no clima, na Praia do Perequê.

De acordo com a secretária Maria Salete, somente em um dia, em 9 de fevereiro, o mutirão de limpeza do projeto recolheu 160kg de volumes inservíveis entre a orla da Barra Velha e o Perequê. Na ocasião, cerca de 20 pessoas participaram da ação e retiraram da natureza pneus, carrinho de bebê, quadro de bicicleta, calçados, garrafas PET, latas de alumínio, entre outros, sendo a grande maioria objetos de plástico. Os volumes foram destinados ao Centro de Triagem (CT), para o descarte correto.

'Trata-se de um trabalho de educação ambiental que fala a respeito da responsabilidade de cada um em preservar as praias e os animais por meio do descarte consciente dos resíduos nos locais apropriados', afirmou a secretária de Meio Ambiente, que ainda agradeceu ao prefeito por todo o apoio na realização do projeto.

O chefe do Executivo agradeceu a parceria com o Governo do Estado e comemorou o sucesso dos resultados alcançados com os mutirões de limpeza e diversas atividades de conscientização ambiental. 'Apoiamos o projeto por entender que a conscientização é muito importante para a preservação do meio ambiente. O Verão no Clima termina aqui, mas a Prefeitura continua fazendo a sua parte, desenvolvendo projetos. Temos um compromisso da nossa Gestão com o meio ambiente. Seguimos trabalhando e preservando cada vez mais esse paraíso que é Ilhabela', finalizou Márcio Tenório.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19133943&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Prefeitura Mongaguá
Data: 07/03/2019

Projeto Verão no Clima encerra temporada com saldo positivo

Fruto de uma parceria entre a prefeitura e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o Projeto Verão no Clima chegou ao fim nesta temporada. Ao todo, foram 30 dias de educação ambiental nas praias do município.

A iniciativa teve como foco a abordagem a centenas de banhistas nas praias do Centro e de Agenor de Campos. Entre os assuntos, a importância do respeito à natureza, principalmente em relação ao descarte correto de rejeitos e cuidados com o consumismo.

Além disso, houve uma mostra de cinema ambiental, com o Cine Ecofalante; caminhada ecológica pela faixa da areia; mutirões de limpeza e diversas atividades pedagógicas e práticas nas tendas das equipes de monitores.

'A educação ambiental é um processo constante e infindável. Manteremos as atividades ecológicas por meio dos mutirões nas praias e projetos em conjunto com a Diretoria de Educação para mantermos o foco na preservação da natureza e bem-estar', complementa o diretor de Meio Ambiente, Alexandre Barril Dalla Pria.

'Agradeço a equipe de monitores que demonstraram grande proatividade nesta tarefa de conscientização, além da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, apoiadores e todos que amam a natureza e a cidadania. Que na próxima temporada sejamos ainda melhores e consigamos conscientizar mais pessoas e alcançar novos espaços', finaliza.

http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19128324&e=577

Voltar ao Sumário

Veículo: Prefeitura Mongaguá
Data: 07/03/2019

Mongaguá e região se articulam para implantarem logística reversa

A gestão dos resíduos sólidos urbanos é uma das prioridades de atuação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). E para progredir no tema, o órgão promoveu uma reunião com representantes dos municípios da Baixada Santista para debater a logística reversa, na quinta-feira, 28 de fevereiro, na sede da empresa.

No encontro, a diretora-presidente da CETESB Patrícia Iglecias destacou que está à disposição para apoiar a viabilização da participação dos municípios na logística reversa.

Já os municípios, cientes da importância de gerir adequadamente os resíduos, precisam de apoio técnico e também querem participar ativamente na construção de uma política municipal de resíduos sólidos.

Durante o debate, os técnicos da CETESB, Lia Helena Demange e João Luiz Potenza, esclareceram dúvidas e deram exemplos de como implantar a logística reversa.

Atualmente, vigora na CETESB a fase 2 dos termos de compromisso para logística reversa de resíduos pós-consumo. Embalagens de agrotóxicos, filtros usados de óleo lubrificante automotivo, óleo comestível, pilhas e baterias portáteis, baterias inservíveis de chumbo ácido, embalagens plásticas usadas de lubrificantes, embalagens vazias de saneantes desinfetantes e desinfetantes de uso profissional, produtos eletroeletrônicos de uso doméstico, embalagens em geral (FIESP, CIESP e ABRELPE) e embalagens em geral (ABIHPEC, ABIPLA e ABIMAPI).
http://www.multclipp.com.br/verNoticia.aspx?c=0&n=19128323&e=577
Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: Única

Bioeletricidade é a terceira fonte mais importante no Brasil

A bioeletricidade fechou 2018 como a terceira fonte mais importante na Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) no país, quase empatando com o gás natural. A informação é do Boletim Mensal de Energia – referente a dezembro/2018 – divulgado nesta terça-feira (7) pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

De acordo com a publicação, em 2018, a OIEE foi estimada em 632,1 TWh, mostrando um aumento de 1,3% sobre 2017. A geração hídrica permanece na liderança com 67% do total da OIEE, seguida pelo gás natural com 8,5%. A fonte biomassa gerou 52,5 TWh, incluindo a geração destinada ao autoconsumo, representando 8,3% de toda a oferta interna. Embora a fonte eólica continue aumentando sua participação, ainda ficou na 4ª posição, representando 7,7% da OIEE em 2018.

No ano passado, do total de bioeletricidade ofertada para a rede, 82% foram produzidos a partir da biomassa disponível no setor sucroenergético brasileiro.

Para o gerente em Bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Zilmar Souza, o relatório mostra como a bioeletricidade é estratégica para o setor elétrico brasileiro. "Em 2018, a produção de bioeletricidade significou 54% da geração total da Usina Itaipu, a segunda maior hidrelétrica do mundo em geração, superada apenas pela produção da usina chinesa de Três Gargantas."

Em 2018, segundo o gerente, o desempenho poderia ter sido muito melhor, pois a geração de bioeletricidade da cana-de-açúcar para a rede foi prejudicada pela judicialização do Mercado de Curto Prazo no setor elétrico, fato que se arrasta desde 2015 e pela falta de ajustes na metodologia de revisão da garantia física das usinas à biomassa, variável que determina a quantidade máxima de energia que uma usina pode comercializar no mercado. "Recentemente, apresentamos propostas ao Ministério de Minas e Energia para melhorar esta questão da garantia física e estamos aguardando a avaliação. Acreditamos que resolvendo a judicialização no Mercado de Curto Prazo e com a definição de uma garantia física mais aderente às usinas, a bioeletricidade tenha capacidade para produzir 20% ou mais nas próximas safras, sem aumentar a capacidade instalada, apenas maximizando as possibilidades de geração com a biomassa própria e de terceiros", avalia Souza.

Ano passado, 63% de toda a bioeletricidade sucroenergética ofertada para a rede ocorreu nos meses em que as contas de luz tiveram a chamada bandeira tarifária vermelha, no seu patamar mais elevado da cobrança extra, indicando como é estratégico estimular essa geração renovável e sustentável para o setor elétrico brasileiro.

http://www.unica.com.br/noticia/139172920334997491/bioeletricidade-e-a-terceira-fonte-mais-importante-no-brasil/

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: Brasil Energia

Consulta pública do Gasbol alivia distribuidoras do Centro-Sul

Com edital empresas terão tempo de negociar contratos com supridores para início de fornecimento em 2020

O lançamento da consulta pública à minuta do edital da chamada pública de contratação de capacidade do Gasbol, operado pela TBG, dá alívio às distribuidoras do Centro-Sul. Isso porque as empresas temiam um descasamento entre a contratação de capacidade e o suprimento de gás natural. A região é praticamente toda atendida pelo gasoduto que vem da Bolívia, com exceção de São Paulo, que é atendido por um mix de gás boliviano e gás nacional.

Com o edital prestes a ser lançado, o presidente da GasBrasiliano, Walter Piazza Júnior, disse à Brasil Energia que, após a entrega das propostas, até o próximo dia 29/3, as empresas terão tempo para concluir as negociações com os futuros supridores ao longo do ano. Desta forma, o início do fornecimento poderá ocorrer a partir de 2020, com era o esperado.

O edital prevê a disponibilidade de quatro produtos para a capacidade de entrada e mais quatro para a saída, totalizando oito. Para a capacidade de entrada serão oferecidos, no primeiro produto, dois contratos de serviço de transporte firme contíguo, com duração de 12 meses, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021.

O segundo produto será apenas um contrato de serviço a ser firmado entre janeiro e dezembro de 2022; o terceiro entre janeiro e dezembro de 2023; e o quarto, de janeiro até dezembro de 2024.

Já com relação à capacidade de saída, no primeiro produto, serão dois contratos firmes, com duração de 12 meses cada, para o período total de janeiro de 2020 até dezembro de 2021. Os demais produtos seguem os prazos respectivos dos contratos de entrada.

Pelos termos do edital, o carregador habilitado poderá pedir a contratação de até oito produtos. Foram estabelecidos nove pontos de saída ao longo do trajeto do gasoduto, sendo o primeiro no Mato Grosso do Sul; quatro em São Paulo; um no Paraná; dois em Santa Catarina; e um no Rio Grande do Sul, nessa ordem. Já os pontos de entrada serão em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, próxima à fronteira com a Bolívia, e na Refinaria de Paulínia.

https://www.abegas.org.br/portal/?p=70831

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: Reuters

ANP abre consulta pública para edital da concorrência por gasoduto Bolívia-Brasil

RIO DE JANEIRO (Reuters) - A agência reguladora do setor de petróleo e gás ANP publicou nesta quinta-feira a minuta do edital da chamada pública para a contratação da capacidade de transporte no Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), além das minutas dos contratos de prestação de serviço de transporte, bem como o modelo de cálculo tarifário.

Os documentos ficarão em consulta pública até 4 de abril, e uma audiência pública sobre o tema ocorrerá no dia 10 do próximo mês.

A chamada pública é necessária diante da proximidade do vencimento do atual contrato de serviço de transporte firme de gás natural do gasoduto, assinado em 1999, entre Petrobras e a TBG, marcado para 31 de dezembro de 2019 —a TBG tem como sócios a Petrobras Logística (majoritária) e uma subsidiária da boliviana YPFB.

"Após a consulta e audiência públicas, a ANP irá avaliar as contribuições recebidas e, uma vez aprovado o edital pela agência, a TBG realizará, de forma indireta, a chamada pública para contratação da capacidade", disse a ANP em nota nesta quinta-feira.

Com a medida, a Petrobras poderá deixar de ser a única importadora a utilizar o Gasbol, conforme já esperado pelo mercado. A petroleira estatal vem reduzindo sua participação no mercado de distribuição de gás, vendendo ativos e abrindo espaço para novos competidores.

O atual contrato firme, pontuou anteriormente a ANP, refere-se a uma capacidade de 18,08 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural.

A ANP destacou que a chamada pública da TBG será o primeiro passo no processo de implantação do regime de reserva de capacidade no Brasil (por entradas e saídas), a ser conduzido pela autarquia em conjunto com os transportadores e demais agentes da indústria do gás natural.

A iniciativa da ANP está em linha com o programa federal "Gás para Crescer", que tem como um dos principais objetivos atrair diferentes agentes de mercado ao setor brasileiro de gás natural, com a consequente redução da participação da Petrobras.

https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN1QO2CS-OBRBS

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: ANP

RenovaBio: ANP faz consulta pública sobre metas de descarbonização

A ANP deu início a consulta pública relativa à minuta de resolução que trata de critérios da individualização das metas de descarbonização para os distribuidores de combustíveis no âmbito do Renovabio. A minuta ficará sob consulta até o dia 4/4 e a audiência está agendada para o dia 16/4, às 14h.

O Decreto nº 9.308/2018 atribuiu à ANP a competência de realizar o rateio entre os distribuidores de combustíveis das metas de descarbonização nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para o setor de combustíveis, com o objetivo de contribuir para o atendimento das metas de redução de emissões de gases do efeito estufa assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris.

A minuta que está em consulta pública é a segunda regulamentação da ANP no âmbito do Renovabio. A primeira, a Resolução ANP nº 758/2018, tratou da certificação da produção e importação eficientes de biocombustíveis e do credenciamento de firmas inspetoras e foi editada em dezembro de 2018.

Acesse a página da Consulta e Audiência Públicas Nº 7/2019, para ver os documentos e procedimentos para participação.

O RenovaBio é a política nacional para os biocombustíveis e tem como objetivos fomentar o aumento da produção em padrões mais sustentáveis e contribuir para o cumprimento das metas de redução de emissões com as quais o Brasil se comprometeu no Acordo de Paris.

http://www.anp.gov.br/noticias/5071-renovabio-anp-faz-consulta-publica-sobre-metas-de-descarbonizacao

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: ANP

Produção de petróleo em janeiro aumentou 0,6% em relação a 2018

Em janeiro de 2019, a produção de petróleo e gás no Brasil totalizou 3,343 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo 2,631 milhões de barris de petróleo por dia (bbl/d) e 113 milhões de m³ diários de gás natural.

A produção de petróleo no período diminuiu 2,2 % na comparação com o mês anterior e aumentou 0,6% se comparada com janeiro de 2018. Já a produção de gás natural teve uma redução de 0,4% em comparação ao mês anterior e um aumento de 0,7%, se comparada com o mesmo mês de 2018.

O principal motivo para a queda em relação a dezembro foram as paradas para manutenção nas plataformas P-74 e FPSO Cidade de São Paulo, respectivamente nos campos de Búzios e Sapinhoá.

Os dados de produção de janeiro estão disponíveis na página do Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural.

Pré-sal

A produção do pré-sal em janeiro totalizou 1,837 milhão de boe/d, uma redução de 2,7% em relação ao mês anterior. Foram produzidos 1,456 milhão de barris de petróleo por dia e 61,5 milhões de metros cúbicos diários de gás natural por meio de 90 poços. A participação do pré-sal na produção total nacional em janeiro foi de 54,9%.

Os poços do pré-sal são aqueles cuja produção é realizada no horizonte geológico denominado pré-sal, em campos localizados na área definida no inciso IV do caput do artigo 2º da Lei nº 12.351/2010.

Aproveitamento do gás natural

O aproveitamento de gás natural no Brasil no mês de janeiro alcançou 95% do volume total produzido. Foram disponibilizados ao mercado 60,3 milhões de metros cúbicos por dia.

A queima de gás totalizou 5,6 milhões de metros cúbicos por dia, um aumento de 21,4% se comparada ao mês anterior e de 40,4% em relação ao mesmo mês em 2018. O principal motivo para o aumento foi a queima realizada no campo de Lapa. Devido a questões operacionais e impossibilidade de reinjeção do gás natural produzido, foi autorizada a queima de todo o gás natural produzido pelo campo.

Campos produtores

O campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural. Produziu, em média, 889 mil bbl/d de petróleo e 38,3 milhões de m3/d de gás natural. Os campos marítimos produziram 95,9% do petróleo e 82,1% do gás natural. A produção ocorreu em 7.360 poços, sendo 717 marítimos e 6.643 terrestres.

Os campos operados pela Petrobras produziram 93,7% do petróleo e gás natural.

Estreito, na Bacia Potiguar, teve o maior número de poços produtores: 1.130. Marlim Sul, na Bacia de Campos, foi o campo marítimo com maior número de poços produtores: 87.

A Plataforma FPSO Cidade de Maricá, produzindo no campo de Lula por meio de sete poços a ela interligados, produziu 150,1 mil barris diários e foi a instalação com maior produção de petróleo. A instalação Polo Arara, produzindo nos campos de Arara Azul, Araracanga, Carapanaúba, Cupiúba, Rio Urucu e Sudoeste Urucu, por meio de 39 poços a ela interligados, produziu 8,5 milhões de m3/d e foi a instalação com maior produção de gás natural.

Outras informações

Em janeiro de 2019, 307 áreas concedidas, uma área de cessão onerosa e cinco de partilha, operadas por 32 empresas, foram responsáveis pela produção nacional. Destas, 76 são marítimas e 237 terrestres. Do total das áreas produtoras, 13 são relativas a contratos de áreas contendo acumulações marginais.

O grau API médio foi de 27,2, sendo 37,9% da produção considerada óleo leve (>=31°API), 48,2% óleo médio (>=22 API e <31 API) e 13,9% óleo pesado (<22 API).

As bacias maduras terrestres (campos/testes de longa duração das bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas) produziram 114 mil boe/d, sendo 89,2 mil bbl/d de petróleo e 3,9 milhões de m3/d de gás natural. Desse total, 107,3 mil barris de óleo

Data: 08/03/2019

equivalente por dia foram produzidos pela Petrobras e 6,7 mil boe/d por concessões não operadas pela Petrobras, sendo 358 boe/d em Alagoas, 2.991 boe/d na Bahia, 29 boe/d no Espírito Santo, 3.112 boe/d no Rio Grande do Norte e 203 boe/d em Sergipe.

http://www.anp.gov.br/noticias/5067-producao-de-petroleo-em-janeiro-aumentou-0-6-em-relacao-a-2018

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: MME

Bento Albuquerque debate agenda de trabalho em Washington

O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse na manhã de hoje, 07, durante palestra sobre as "Perspectivas para o Setor de Energia no Brasil", no Instituto Brasil do Wilson Center, em Washington (EUA), que os investidores estrangeiros e brasileiros já têm total previsibilidade sobre as agendas de leilões na área de energia elétrica e de petróleo, gás e biocombustíveis do Brasil.

"Já há muita previsibilidade. Nós estamos trabalhando agora, com mais intensidade, para melhorar a governança, a estabilidade, a segurança jurídica e regulatória para que possamos dar mais retorno dos investimentos à sociedade brasileira e aos investidores no Brasil", afirmou o ministro ao responder perguntas dos participantes.

O Ministro informou aos presentes que já recebeu, durante os dois meses que está à frente do MME, os dirigentes das maiores empresas do mundo que investem nos setores de energia. "Todos estão satisfeitos com a previsibilidade que estabelecemos na área", enfatizou.

Bento Albuquerque referiu-se ao calendário já divulgado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para os leilões de energia elétrica previstos para 2019 (nos meses de junho, setembro e dezembro), 2020 e 2021 (em abril, setembro e dezembro) e de petróleo – cessão onerosa e 16ª rodada de concessão em outubro e a 6ª de partilha do pré-sal em novembro.

"Vamos continuar a dar sinais claros de que estamos caminhando na direção certa. Os investidores vão saber para onde estamos indo na diversificação da nossa matriz energética", disse o Ministro após detalhar os leilões e informar que, no mês de dezembro será divulgada a atualização do Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (PDE 2027). O documento informativo fornece uma visão das perspectivas de expansão futura do setor energético no horizonte decenal.

Em sua palestra inicial, o Ministro de Minas e Energia apresentou uma agenda para os próximos quatro anos para o setor de energia e mineração. Setores que, segundo disse aos participantes presentes, seguirão "o leito natural e fundamental para a transformação da infraestrutura brasileira".

Após sua fala de cerca de 30 minutos, o Ministro respondeu a diversas questões formuladas pelos participantes. Explicou que para destravar e desenvolver um mercado de gás natural competitivo não pretende propor novas normas constitucionais. Lembrou que os 27 Estados brasileiros detêm o monopólio de distribuição de gás e que o Governo deve buscar um novo ordenamento legal que "precisa ser conduzido a quatro mãos", ou seja, com o Executivo e o Legislativo.

Sobre a judicialização de questões do setor elétrico, como o risco hidrológico, o Ministro informou que dois Projetos de Lei na Câmara dos Deputados podem dar solução de forma definitiva. Um deles trata dos problemas do passado (PL 10.985/2018), o outro do futuro, que abrange a modernização do marco regulatório do setor, para evitar que um outro passivo se forme.

Indagado sobre sua proposta de concretizar um novo arranjo institucional na área de mineração, com reforço da Agência Nacional de Mineração (ANM) e a adoção de boas práticas e de recursos de gestão, Bento Albuquerque defendeu a abordagem técnica que está dando ao setor. "Mineração é o setor que precisa de maior atenção por parte do MME. É o único setor do País totalmente privatizado, exceto pela exploração do urânio, que é estatal, e o que mais sofre com demora na expedição de licença, que levam mais de 20 anos para sair", disse.

O Ministro lembrou que a ANM foi a última agência reguladora a ser criada e que vai ter o apoio do MME para cumprir sua função. Para acompanhar de perto a ação da Agência, foi nomeado Alexandre Vidigal, ex-juiz federal como titular da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME.

Sobre a tragédia de Brumadinho, o Ministro foi direto: "não foi por falta de legislação que ocorreu a tragédia de Brumadinho. E sim pela não aplicação da lei que já existe. Precisamos melhorar a governança, ter maior controle, fiscalização e responsabilização".

"Estejam seguros de que o atual governo brasileiro não tem medido esforços nem sacrifícios para atender aos atingidos por essa

tragédia. Medidas de recuperação ambiental e sociais estão sendo adotadas com a urgência requerida, além de uma reformulação profunda de nossa legislação, tornando-a mais severa e eficaz, principalmente na defesa da sustentabilidade social e ambiental", voltou a dizer.

Sobre a capitalização da Eletrobras, o Ministro respondeu que o assunto está caminhando dentro da equipe do MME. Lembrou que a Eletrobras é responsável por 30% do total da geração de energia do País e por 50% da transmissão. Que sob a empresa estão outras grandes empresas como Itaipu Binacional, Chesf, Eletrosul, Eletronorte, Eletronuclear e um número grande de pequenas empresas de geração e transmissão de energia.

Afirmou que a empresa Eletrobras estava quebrada e hoje está estável e atrativa para novos investimentos. "Não vai haver privatização; vamos fazer uma capitalização em modelo semelhante ao que foi feito com a Embraer no passado", afirmou o ministro.

Bento Albuquerque ainda mencionou questões que terão que ser resolvidas com a Itaipu Binacional – que pertence a dois países – e a Eletronuclear. "Algumas soluções terão que passar pelo Congresso Nacional. Vamos trabalhar juntos para ter o melhor arcabouço jurídico neste processo".

Indagado sobre a intenção do governo de agilizar as licenças ambientais, o Ministro declarou que "o respeito ao meio ambiente é total; mas existe muita burocracia". Citou o caso do chamado "Linhão de Tucuruí" – a linha de transmissão de energia elétrica que liga Boa Vista (Roraima) a Manaus (Amazonas). "A construção está parada há cerca de oito anos esperando para receber uma licença de instalação", informou.

Roraima é o único estado brasileiro que não está interligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) no abastecimento de energia elétrica e depende de fornecimento da Venezuela e usinas térmicas a óleo diesel, com despesa rateada por todos os brasileiros.

Sobre a adoção da energia nuclear, Bento Albuquerque informou que a energia faz parte da diversificada matriz energética brasileira. Que, assim como a eólica e a solar no Nordeste e nas regiões onde tem mais sol e vento, a energia nuclear faz sentido próxima aos centros de demanda como Sudeste e Sul. Que a participação atual da energia nuclear é de 1,2% (com Angra 3 passa a 2%), o que é muito pouco, levando em consideração que o país possui o domínio da tecnologia e do ciclo do combustível nuclear e grandes reservas de urânio.

"A energia nuclear é limpa, segura e dá segurança energética num país continental como o Brasil", disse o Ministro, acrescentando que a construção de novas usinas nucleares no Brasil está em estudo pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e outros institutos. Por fim, Albuquerque sugeriu que os interessados no tema procurassem saber por que países como o Japão e a Alemanha estão voltando a estudar a ampliação do uso de energia nuclear.

Confira o vídeo da apresentação do ministro
http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticas/-/asset_publisher/32hLrOzMKwWb/content/bento-albuquerque-debate-agenda-de-trabalho-em-washington;jsessionid=38ECD67BD5537DBFCF38B45EF7635747.srv155?redirect=http%3A%2F%2Fwww.mme.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fpagina-inicial%2Foutras-noticas%3Bjsessionid%3D38ECD67BD5537DBFCF38B45EF7635747.srv155%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_32hLrOzMKwWb%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D1%26p_p_col_count%3D5

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: Reuters

Eletrobras não será privatizada, mas capitalizada, diz ministro, citando Embraer

O ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, disse em evento nos Estados Unidos nesta quinta-feira que a estatal Eletrobras "não será privatizada" no governo Jair Bolsonaro, "mas será capitalizada, em modelo semelhante ao que ocorreu no passado com a Embraer, por exemplo".

As ações da estatal fecharam em queda de 5,8 por cento nesta quinta-feira após a afirmação, que veio durante a manhã em evento em Washington em que o ministro falou sobre as perspectivas para o setor de energia no Brasil.

O governo anterior, de Michel Temer, falava em promover uma desestatização da Eletrobras, maior elétrica do Brasil, por meio de uma operação em que a empresa emitiria novas ações e diluiria a fatia governamental na companhia para uma posição minoritária.

A gestão Bolsonaro passou a adotar o termo "capitalização" para se referir ao processo, e o ministro Albuquerque chegou a dizer em algumas ocasiões que não há uma decisão fechada sobre a perda de controle da companhia pelo governo.

Nesta quinta-feira, no entanto, ele comparou a operação em preparação para a companhia ao modelo adotado pelo governo brasileiro com sua fatia na empresa aeronáutica Embraer, de acordo com vídeo do evento encaminhado pela assessoria do ministério.

Antes estatal, a Embraer foi privatizada no final de 1994, em leilão na bolsa paulista que envolveu 55 por cento das ações ordinárias da companhia, com direito a voto.

Ainda durante o evento em Washington, o ministro afirmou que há questões em discussão sobre o modelo da capitalização, como o destino da subsidiária de energia nuclear Eletronuclear e da usina hidrelétrica binacional de Itaipu.

Mais cedo, ele disse também que a Eletrobras já está em uma fase de maior "estabilidade" após uma crise financeira nos últimos anos.

"Era uma empresa que estava, desculpe a expressão, quebrada", afirmou.

No final de fevereiro, Albuquerque afirmou que a proposta do governo para a capitalização da Eletrobras deve estar pronta até junho.

https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN1QO2RE-OBRBS

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: O Globo

Petrobras quer lei contra furto de combustível

Desde 2016, desvios de petróleo, gasolina e diesel mais do que triplicaram. Estatal pede audiência com o ministro Sérgio Moro para discutir legislação específica para esse tipo de crime. Preocupação é evitar casos como explosão no México

APetrobras quer que o governo endureça a legislação contra o furto de combustível. A estatal já solicitou uma reunião com o ministro da Justiça, Sérgio Moro, para discutir o assunto, segundo fonte ligada à companhia. Umadas proposta sé a adoção depenas mais duras, coma criação de lei que trate especificamente deste tipo de crime. Hoje, quem é preso após roubar petróleo, gasolina ou diesel é enquadrado na lei que trata de organização criminosa ou furto qualificado. A preocupação nãoéà toa. Desde 2016, os casos de furto de combustível mais que triplicaram: saltaram de 72 para 261 no ano passado. Segundo a Transpetro, subsidiária da Petrobras que opera dutos, foram 42 milhões de litros furtados por quadrilhas especializadas, com prejuízos que ultrapassamos R $600 milhões.

A estatal pretende fazer uma campanha para esclarecer moradores de áreas vizinhas aos dutos sobre os riscos envolvidos no desvio de combustível. A ideia é incentivar denúncias de irregularidades. A empresa tem investido ainda em tecnologia de monitoramento da infraestrutura e em visitas a comunidades próximas para conscientizar a população.

— Vamos desenvolver uma campanha educativa paranã o acontecer aqui o que ocorreu no México, onde as comunidades que viviam próximas aos dutos da Pemex (petroleira mexicana) acabaram transformando o roubo de combustíveis num negócio. Isso é muito perigoso. Os prejuízos maiores são os danos à infraestrutura e os riscos para a população — afirmou o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em entrevista recente ao GLOBO, numa referênciaaosriscosdeincêndio e explosões.

TÚNEL EM CASA DE MORADOR

Os ataque sadu tosem área rural ocorrem em locais não habitados, coma perfuração para posterior instalação de uma válvula. Em áreas urbanas, costumam ocorrer próximo a comunidades. Nestes casos, os bandidos chegam a fazer túneis dentro das casas de moradores para chegar até os dutos. Isso ocorre porque boa parte dessa infraestrutura foi construída nos anos 1970. Nas décadas posteriores, comunidades cresceram ao longo do caminho dos dutos.

—Oroub ode combustíve lé uma fonte de recursos para o crime organizado, tanto quanto o tráfico de drogas, o roubo decarg asou ocontr abando. Nãoéà toa que essa prática cresceu tanto no México, assim como em outros países —afirma um executivo ligado ao setor de petróleo.

Dos 261 casos de furtos de combustível no país no ano passado ,57% foram registradosem São Pau loe 26% no Estado do Rio. As áreas próximas à Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) concentram boa parte das ocorrências no Rio.

Edmar Almeida, do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, lembra que o furto de combustível ocorre principalmente em países da América Latina, como México e Colômbia, ena Nigéria. Ele lembrou que o México chegou a desativar alguns dutos e fazer parte do transporte por caminhões, mas isso acabou afetando o abastecimento em algumas partes do país. Em janeiro, 89 pessoas morreram após a explosão de um duto. O acidente aconteceu depois que 200 pessoas aproveitaram um vazamento para roubar gasolina.

—O roubo de combustível é questão muito grave na indústria do petróleo. É um problema endêmico que desestrutura a logística de entrega dos produtos —afirmou Almeida.

Segundo a promotora Simone Sibilio, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público Estadual do Rio, o crime mais comumno e sta doéofurt ode petróleo. O desvio é feito, em geral,por quadrilhas que contam até com refinarias clandestinas para tratar o petróleo roubado. Em 2017, numa operação conjunta coma Polícia Civil, foi feita a primeira operação, batizada de Ouro Negro, que prendeu integrantes de uma quadrilha que furtava petróleo para revenda ilegal na Baixada Fluminense.

Data: 08/03/2019

— O aumento desse tipo de modalidade criminosa nos preocupa porque põe em risco a população. Há vidas em risco e dano ambiental —afirmou a promotora.

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Veículo: O Globo

Proposta do governo prevê que índio não poderá vetar mineração

Ministério quer aproveitar projeto de Jucá que já foi aprovado no Senado

OMinistério de Minas e Energia pretende aproveitar e apoiar um projeto em tramitação no Congresso para autorizar a atividade de mineração em terras indígenas. A proposta, de autoria do exsenador Romero Jucá (MDBRR), foi aprovada no Senado na década de 1990 e está parada na Câmara. O ministério informou que "estuda a possibilidade de mineração nessas áreas, cujo modelo regulatório específico deverá ser discutido com o Congresso e outros envolvidos".

Em discurso para investidores no Canadá, na segunda-feira, o ministro Bento Albuquerque afirmou que o governo pretende liberar também a mineração em faixas de fronteira. Segundo ele, as restrições que existem hoje nessas áreas prejudicam o desenvolvimento, estimulam atividades ilegais e ainda criam focos de conflito.

A possibilidade de exploração mineral em terras indígenas está prevista na Constituição, mas nunca foi regulamentada. O texto diz que a pesquisa e a lavra das riquezas minerais nessas terras só podem ser efetivadas com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados.

A ideia do ministério é não dar poder para o povo indígena aprovar ou vetar a mineração em suas terras. Eles seriam apenas consultados. O projeto de lei que o ministério quer aproveitar determina que as áreas situadas em terras indígenas poderão ser declaradas disponíveis para pesquisa e lavra mediante edital.

'RETROCESSO'

Pores se projeto, as comunidades indígenas receberiam pagamento pela ocupação doso loe participação nos resultadosda mineração. A Fundação Nacional do Índio (Funai) promoveria audiência na comunidade, assistida por representante do Ministério Público Federal (MPF). Concluída a tramitação administrativa, o Poder Executivo encaminharia o processo ao Congresso para que este autorizasse a efetivação dos trabalhos.

Atualmente, há 462 terras indígenas regularizadas, que representam 12,2% do território nacional. A presença de garimpos ilegais em algumas dela sé antiga e conhecida das autoridades. É oca soda exploração irregular de diamantes na terra dos cinta-larga, em Rondônia, e de ouro em áreas yanomami, em Roraima.

A professora da UFMG Andrea Zhouri classifica o plano do governo como um "retrocesso" e uma "lástima":

— Os indígenas não serão ouvidos, serão informados sem o poder de dizer não. E aqueles que querem se manter como índios, que desejam manter sua reprodução social, não terão poder de veto.

Para liberara mineração em faixas de fronteira, o ministério pretende usar um projeto parado no Senado, ainda não aprovado em nenhuma das Casas. A proposta estabelece que a atividade nesses locais terá manifestação apenas opinativa do Conselho de Defesa Nacional. Hoje, é preciso autorização prévia do Conselho.

Voltar ao Sumário

Painel

Tropeços de Bolsonaro abalam confiança do mercado e ampliam poder de fogo do Congresso

Sem venda nos olhos Os tropeços de Jair Bolsonaro começaram a abalar a confiança de grandes investidores nacionais em sua gestão, o que ampliou a sensação do Congresso de que ou o presidente se rende a um pacto político, ou terá de se habituar com a ideia de levar o mandato aos trancos e barrancos. Nos últimos dois dias, dirigentes de bancos e corretoras sondaram pessoalmente partidos alinhados ao Planalto sobre as chances de a reforma da Previdência deslanchar. Os relatos não foram alvissareiros.

O cara A sensação de que Bolsonaro não tem condições de coordenar a agenda do governo ampliou a pressão do mercado sobre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Dia D Maia esteve nesta quinta (7) com Onyx Lorenzoni (Casa Civil). Segundo aliados, a conversa foi boa, mas não definitiva. O próximo passo é levar dirigentes de outras siglas à mesa de negociações.

Minhas armas Analistas do mercado dizem que, se a montagem das comissões na Câmara na semana que vem for malsucedida, vai haver repique no dólar e na Bolsa.

Por partes A equipe econômica estuda enviar a proposta de reforma para os militares fatiada em cinco projetos.

Dividir holofotes O presidente da Câmara vai instalar comissão para discutir o pacote anticrime de Sergio Moro, mas determinou que o colegiado funcione em parceria com o criado por Dias Toffoli no Conselho Nacional de Justiça. Este é chefiado por Alexandre de Moraes, autor de um projeto anterior que endurece a legislação penal.

Errou a mira Não surtiu o efeito desejado a tentativa de minimizar em uma live, nesta quinta (7), a fala de Bolsonaro de que só há democracia se as Forças Armadas quiserem.

Ops! Ao tentar explicar o que disse o presidente, o general Augusto Heleno (GSI) afirmou que ele se referia ao fato de que militares são determinantes para manter regimes, mas listou como exemplo as ditaduras de Cuba e Venezuela.

Prioridades Na live, Bolsonaro falou 2min24s sobre lombadas eletrônicas, 1min43s sobre cartilhas de saúde que quer recolher por reprovar desenhos de camisinha e vulva, e 1min40s sobre Previdência.

Dose dupla Movimentos sociais vão tentar repetir nas manifestações marcadas para este 8 de março, Dia Internacional da Mulher, os protestos registrados contra Bolsonaro no Carnaval. Atos sob este mote foram agendados em todas as capitais. A reforma da Previdência também está na pauta.

Dupla não, tripla Novas marchas estão previstas para a próxima semana, quando o assassinato de Marielle Franco vai completar um ano.

Entrelinha Em decisão publicada na quarta (6), Edson Fachin reafirmou posição do STF de que é a União quem determina a destinação de valores recuperados pela Lava Jato. O ministro externou o entendimento no momento em que a força-tarefa de Curitiba tenta pôr de pé uma fundação com R$2,5 bilhões.

Chave do cofre O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, diz que a criação de uma entidade é boa ideia, mas defende que o fundo com os recursos seja vinculado ao Conselho Nacional de Justiça e não ao Ministério Público. Para ele, "o CNJ seria o órgão responsável pelo aparelhamento da Justiça de modo mais amplo".

Supetão Integrantes do Ministério Público Federal dizem que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, foi pega de surpresa pelo pedido para defender o afastamento de Gilmar Mendes do caso do ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza. Até a noite desta quinta, ela ainda não havia definido o que fazer.

Mexa-se Os novos relatos publicados pela Folha de participação do ministro Marcelo Álvaro Antônio (Turismo) no esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas ampliaram o desconforto de ala da sigla. Parlamentares cobram que ele seja afastado do comando do partido no estado.

TIROTEIO

Se Paulo Preto decidir abrir a boca e fizer uma delação premiada, vai faltar gaiola para os tucanos de São Paulo

Do senador Otto Alencar (PSD-BA), sobre a situação do ex-diretor da Dersa que foi condenado a 145 anos de prisão por desvio de dinheiro

https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/08/tropecos-de-bolsonaro-abalam-confianca-do-mercado-e-ampliam-poder-de-fogo-do-congresso/

Voltar ao Sumário

Mônica Bergamo: Guedes quer acelerar cobrança de grandes devedores da Previdência

A equipe de Paulo Guedes quer acelerar o envio, para a Câmara dos Deputados, do projeto que tentará agilizar a cobrança de grandes devedores da Previdência. A dívida é de R$ 490 bilhões mas a estimativa é a de que R$ 160 bilhões possam ser efetivamente recuperados.

PODE PAGAR

Ao mesmo tempo, o governo flexibilizará a cobrança para quem deve menos de R$ 25 mil.

EU COBRO, SIM

Um dos principais argumentos contra a reforma da Previdência é o de que o governo não cobra seus grandes devedores, mas quer endurecer as regras de aposentadoria para os trabalhadores. A equipe de Guedes pretende combater o argumento com a proposta.

VAMOS ESPERAR

Já a reforma para os militares, cobrada pelo Congresso, deve ficar mesmo para o dia 20 de março.

PSIU!

Escalado pelo pai para para ajudar numa estratégia combativa de divulgação da reforma da Previdência nas redes sociais, Carlos Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, mal fala do tema.

JÁ FALEI

Desde que a proposta foi enviada ao Congresso, em fevereiro, Carlos postou seis mensagens sobre a o assunto —de um total de quase cem. Na noite de quinta (7), voltou ao assunto, depois de vários dias em silêncio.

FOCO

Como o pai, ele dedica boa parte de seus textos a questões ideológicas e a ataques à esquerda e à imprensa.

ROADSHOW

E o secretário especial para Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, desembarca nesta sexta (8) em SP. Vai à Fiesp e à XP Investimentos falar sobre a reforma.

SOS

A ministra Damares Alves, da Mulher e dos Direitos Humanos, lança nesta sexta (8) a campanha "Salve uma Mulher". Nela, o maquiador Agustin Fernandez ensinará manicures, cabeleireiras e depiladoras a identificarem sinais de violência no corpo das mulheres.

SINAIS

Fernandez contará quando percebeu que uma mulher era vítima do marido: ela estava feliz da vida depois de um tratamento estético. Recebeu um telefonema dele, mudou o semblante —e pediu que tudo fosse desfeito.

ROCK E ERUDITO

Os músicos Edu Falaschi (foto), Aquiles Priester e Fabio Laguna, ex-integrantes da banda Angra, celebram 15 anos do disco "Temple of Shadows"; eles tocam em SP em maio, ao lado de orquestra regida por João Carlos Martins.

FOLIA

O número de turistas que foram ao sambódromo do Anhembi no Carnaval deste ano cresceu 26,4% em relação ao ano passado. Segundo o Observatório do Turismo, órgão da SPTuris, houve aumento de visitantes de outras cidades de SP e de estrangeiros. Estes representavam 0,7% dos turistas no Anhembi em 2018. Em 2019, foram 2,3%.

À PAULISTA

O levantamento ainda aponta aumento de 5,6 pontos percentuais dos moradores de São Paulo que escolheram ficar na cidade por conta do Carnaval neste ano.

ENCONTRO

As primeiras reuniões do ano da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (Cnic), colegiado vinculado ao Ministério da Cidadania que avalia projetos para a obtenção de incentivo fiscal via Lei Rouanet, foram marcadas para os dias 19 a 22 de março, em Brasília.

CADEIRA

Será a primeira reunião do grupo desde a posse de Bolsonaro. O presidente tem feito ataques a artistas consagrados que se beneficiam da lei e diz que tudo agora vai mudar: projetos de pessoas em início de carreira ou ainda desconhecidos passarão a ter prioridade.

CADEIRA 2

Os 21 novos membros da comissão, que representam segmentos culturais como audiovisual, música, artes visuais e artes cênicas, foram anunciados na semana passada em portaria no Diário Oficial da União. Eles atuarão no biênio 2019-2020.

MOVIMENTO

A coreógrafa Cassi Abranches está elaborando um novo trabalho para a São Paulo Companhia de Dança.

A obra estreia nos dias 6 a 9 de junho, no Teatro Sérgio Cardoso, em SP.

DIAS DE FOLIA

Os atores Paulo Vilhena, Nicolas Prattes e Juliana Paiva estiveram no festival Carvalheira na Ladeira, no Carnaval de Olinda. O blogueiro Hugo Gloss, o empresário Victor Carvalheira, sua mulher, Eduarda Dubeux, e a atriz Giovanna Lancellotti também compareceram.

CURTO-CIRCUITO

A fotógrafa Claudia Andujar participa de uma conversa aberta ao público no IMS Paulista. Nesta sexta (8), na avenida Paulista, 2.424, às 19h30.

O cantor Bell Marques se apresenta em bloco de Carnaval na av. Pedro Álvares Cabral, na região do parque Ibirapuera. No domingo (9), a partir das 13h.

O Museu do Futebol e o Itaú Unibanco abrem em maio uma exposição sobre a história do futebol feminino no Brasil. A expografia será de Daniela Thomas e de Felipe Tassara.

com BRUNA NARCIZO, BRUNO B. SORAGGI e VICTORIA AZEVEDO

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/03/guedes-quer-acelerar-cobranca-de-grandes-devedores-da-previdencia.shtml

Voltar ao Sumário

O que a Folha pensa: Desacelera, São Paulo

Ao apresentarem seu projeto de concessão das avenidas marginais dos rios Pinheiros e Tietê, o ex-prefeito e governador João Doria e o atual prefeito Bruno Covas, ambos do PSDB, deixaram em aberto questões fundamentais.

Eles descartaram a cobrança de pedágio nessas vias e, de forma paradoxal, escusam-se de indicar a fonte dos R$ 3 bilhões —no prazo de três décadas— para as melhorias que se exigiriam das empresas concessionárias. Cogita-se destinar-lhes verbas de fundos estaduais ou angariadas com publicidade, mas não há plano definido.

Em tempos de orçamentos depauperados, a falta de clareza sobre a origem de verbas e o foco nas marginais deixam no ar a suspeita de que pode prosseguir a baixa prioridade à malha de metrô e aos corredores estruturados de ônibus, com áreas para ultrapassagem e pagamento antes do embarque.

Mais do que investimentos para o deslocamento individual, em automóveis, a capital e os 38 municípios que a circundam precisam de melhores transportes coletivos.

Há muito os especialistas prescrevem tais alternativas como solução para reduzir as muitas horas que habitantes da megalópole desperdiçam nos congestionamentos.

Ainda assim, governantes tucanos continuam a propor estratégias vagas para tentar fazer fluir o trânsito, coisa que muito se assemelha a enxugar gelo.

Os efeitos de obras como a ampliação das pistas da marginal Tietê, no governo José Serra, se esvaem rapidamente sem contribuir para melhorar no longo prazo o cotidiano da maioria dos cidadãos.

Em quatro décadas, mais da metade delas com o PSDB no comando do estado, a rede do metrô avançou em marcha lenta, a 2 km/ano.

Na capital, desde que os corredores começaram a ser implantados, nos anos 1980, não se observou um ritmo muito melhor (3 km/ano) —embora os custos de implantação de uma faixa exclusiva eficiente, como BRT, sejam muito inferiores aos de um trem subterrâneo.

Covas e Doria errarão se renovarem o incentivo ao transporte individual, por carro, dado que a mais rica cidade do país precisa é de um freio nessa preferência irracional.

https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/desacelera-sao-paulo.shtml

Voltar ao Sumário

João Doria lança pacote de incentivos para montadoras

O governo de São Paulo anuncia nesta sexta-feira (8) um pacote de medidas de incentivos fiscais às montadoras, na esteira do anúncio do fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

Entre as medidas, o governo oferecerá desconto no pagamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de, no máximo, 25% às montadoras que investirem mais de R$ 1 bilhão e criarem ao menos 400 postos de trabalho.

O benefício do governo João Doria (PSDB) só será dado após a conclusão do ciclo de investimento, que deverá ser aplicado integralmente em território paulista em expansão de unidades industriais ou desenvolvimento de novos produtos.

O governo diz que as medidas são incentivos a novos investimentos que incidirão no longo prazo.

Em meio à expectativa, o mercado automotivo se mexe.

A Volkswagen Caminhões e Ônibus espera receber um impulso com a decisão da Ford de abandonar o mercado de caminhões na América Latina.

Ao mesmo tempo, a montadora alemã não vislumbra ingressar em uma guerra de preços para capturar clientes que ficarão órfãos da rival, afirmou o presidente da companhia, Roberto Cortes, nesta quinta-feira (7).

Para o executivo, a posição da Volkswagen Caminhões e Ônibus na captura de clientes da Ford no Brasil e no restante da América Latina é favorável diante da semelhança das linhas de produtos das duas montadoras.

"Temos condição de absorver todo o volume de produção [de caminhões] da Ford hoje."

O executivo está em Berlim, onde participa de encontro com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que viajou ao país para atrair investimentos para o estado.

Segundo Cortes, na reunião, a Volkswagen Caminhões e Ônibus, que tem uma fábrica em Resende (RJ), reafirmou plano de investimento de R$ 1,5 bilhão até 2021 no Brasil.

A unidade da montadora em Resende está com cerca de 60% de capacidade produtiva ociosa, e o executivo comentou que a desistência da Ford do mercado latino-americano de veículos pesados dará à companhia "condição de ter bom volume incremental" de produção. Ele evitou fazer projeções precisas.

Em 2018, a Ford vendeu no Brasil —maior mercado latino-americano de veículos pesados— 9.314 caminhões, segundo dados da Anfavea (associação de montadoras).

Enquanto isso, a Volkswagen registrou o licenciamento de 20.242 unidades, e a rival Mercedes-Benz, 21.153.

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/joao-doria-lanca-pacote-de-incentivos-para-montadoras.shtml

Voltar ao Sumário

Mulher, você pode!

Paulo Dimas Mascaretti. FOTO: DIVULGAÇÃO

Nesta sexta-feira, 8, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. A data foi oficializada em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como reconhecimento às mulheres que lutaram e que ainda lutam por melhores condições de trabalho, pelo direito ao voto, e acima de tudo, pelo respeito à dignidade da pessoa humana para evitar violência doméstica e outros tipos de agressões.

A reivindicação dos direitos das mulheres está intrinsecamente ligada às causas humanitárias. Sob essa ótica, em 1948, líderes mundiais promulgaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). O documento, aprovado durante a Assembleia Geral da ONU, defende a luta contra a opressão e a discriminação, a igualdade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a todos, independentemente da cor da pele, etnia e sexo.

Após a proclamação da DUDH, uma série de medidas expandiram o corpo do direito mundial voltado à proteção e à defesa das mulheres, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que entrou em vigor na década de 1980 e foi aprovada por mais de 180 países.

As discussões internacionais que envolvem o tema ecoaram no processo de redemocratização do Brasil e da construção da nova Constituição Federal. A pressão dos movimentos liderados por mulheres resultou em avanços significativos para os direitos individuais e sociais, que foram incluídos na Carta Magna de 1988. O inciso I do art. 5.º resume esse espírito coletivo de mudança: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

A Constituição Federal traz também a proteção do mercado de trabalho da mulher, que direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher e que é dever do Estado coibir a violência no âmbito das relações familiares.

Desde 2000, o debate público em torno da equidade de gênero trouxe avanços nas leis brasileiras para as mulheres. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Lei Maria da Penha contribuiu para reduzir cerca de 10% a taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências, ou seja, a norma foi fundamental para evitar milhares de casos de violência doméstica no País.

Outras mudanças recentes foram a criminalização do descumprimento de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, a aprovação da Lei do Feminicídio e a sanção da Lei n.º 13.718/2018, para tipificar crimes de importunação sexual, criada após a divulgação de casos que envolvem assédio sexual no transporte público de São Paulo.

Passos importantes para conter dados alarmantes que colocam o Brasil na quinta posição na taxa de feminicídios no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Na Jornada Mundial da Juventude, realizada em janeiro de 2019 no Panamá, o Papa Francisco afirmou que o feminicídio é uma praga que assola a América Latina.

O poder público e a sociedade civil são agentes fundamentais para transformar esse quadro. A estrutura da Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC) conta com órgãos que oferecem suporte para atendimento médico, jurídico, psicológico e de assistência social à mulher para promoção da saúde, preservação de direitos e proteção à vida. Parte desse serviço é oferecido pela Coordenação de Políticas para a Mulher e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina.

O Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi) desenvolve um trabalho em parceria com o Tribunal de Justiça para atendimento às vítimas de violência doméstica, que passaram por audiências de custódia no Fórum Criminal da Barra Funda. Elas recebem orientações sobre direitos, medidas protetivas e esclarecimentos sobre temas como feminicídio e a Lei Maria da Penha. O trabalho é conduzido por psicólogos e conta com o suporte da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Além disso, o governo do Estado, por meio da SJC, promoverá uma série de ações para ampliar o atendimento de serviços gratuitos voltados às mulheres nas áreas de saúde, educação, lazer, direito, psicologia e assistência social. Também

serão ministradas palestras que tratam da temática e será lançada a campanha Mulher, você pode! para valorizar o papel da mulher na transformação da sociedade.

Parte das atividades será lançada em 8 de março, mas o trabalho da Secretaria da Justiça é permanente. As conquistas das mulheres serão efetivas na sociedade quando o respeito e o real significado da data forem estendidos para os outros 364 dias do ano.

*Paulo Dimas Mascaretti é secretário de Justiça e Cidadania de São Paulo

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/mulher-voce-pode/

Voltar ao Sumário

MP apura se área de segurança da Vale trocou auditor para liberar barragem

BELO HORIZONTE - A força-tarefa que apura o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), com 193 mortes confirmadas e 115 desaparecidos, põe em primeiro plano agora a investigação sobre o departamento da empresa criado justamente para impedir essas tragédias. Surgido após o rompimento da estrutura de Mariana em 2015, maior desastre ambiental do País, o setor de geotecnia da Vale não só teria deixado de agir para reduzir riscos nessas estruturas, como teria trocado empresas e pressionado auditores para obter laudos de segurança, segundo os investigadores.

Essa suspeita motivou um pedido oficial dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e das Polícias Civil e Federal para afastar todos os responsáveis por essa área, além dos principais executivos da Vale, até a próxima segunda-feira. Na lista estão cinco engenheiros e diretores de Geotecnia, além de Alexandre Campanha, gerente executivo de Governança de Geotecnia Corporativa e Marilene Christina de Assis Araujo, gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas. Nenhum deles, até agora, deixou suas funções e a Vale pode ser responsabilizada criminalmente.

No dia 2, o diretor-presidente Fábio Schvartsman pediu afastamento temporário de suas funções. Na mesma linha agiram Gerd Peter Poppinga, diretor executivo de ferrosos e carvão; Lúcio Flavio Cavalli, diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão; e Silmar Magalhães Silva, diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale. O MP solicitou que os quatro, Campanha, Marilene e mais três integrantes de postos-chave deixem todas as atividades na Vale.

O principal ponto da análise da força-tarefa é a troca de empresas contratadas pela mineradora para dar laudos de segurança em Brumadinho. A mudança ocorreu em 2018, e pode ser um indício de que a multinacional sabia dos problemas na estrutura e buscou formas de continuar operando. Em setembro, a Tractebel, que prestava serviço para a Vale, informou que os dados analisados não permitiam declarar estabilidade da estrutura naquele mês. "Já ouvimos várias pessoas dentro desta linha de investigação", afirma um integrante da força-tarefa.
Em seguida ao comunicado da Tractebel , a Vale informou à empresa de auditoria externa que, por essa "divergência", não mais usaria seus serviços. Foi quando o trabalho acabou assumido pela empresa Tüv Süd, "que se encarregou de emitir a declaração de estabilidade em setembro de 2018 (com fator de segurança inferior às recomendações técnicas)", cita a força-tarefa. Um dos engenheiros da Tüv Süd que chegaram a ser presos nas investigações, Makoto Namba, disse em depoimento ter sidoi pressionado pela Vale a emitir o laudo. A questão sobre a "divergência" e os problemas levantados pela Tüv Süd são os mesmos: água em excesso na barragem, o que é apontado pelos técnicos até agora como a principal hipótese para o desastre.

A promotora Andressa Lanchotti, que coordena a força-tarefa, não comentou a troca das empresas pela Vale, e se limitou a dizer que "as investigações vão muito bem". Na recomendação enviada à mineradora por ela, promotores, procuradores e delegados, cita-se textualmente que "a área de geotecnia corporativa da Vale atuou de forma sistemática para alcançar declarações de estabilidade de barragens de estruturas que não atendiam aos parâmetros legais e estipulados pela própria empresa".

A Vale informou ao Estado nesta quinta que ainda não tem posicionamento a respeito do afastamento dos dez executivos e funcionários – e tem prazo até segunda-feira. Caso não haja o afastamento, a força-tarefa pode pleitear à Justiça até a suspensão parcial de atividades. O documento oficial da força-tarefa revela a intenção também de responsabilizar individualmente os citados pela tragédia.

O documento alerta também que o Conselho de Administração e a presidente do Comitê Consultivo Independente Extraordinário para Investigação, a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, já haviam sido notificados dos riscos em outras barragens no início de fevereiro. Mesmo assim, afirma, as medidas de segurança, como a retirada de moradores de áreas de risco, só foram tomadas depois que a Agência Nacional de Mineração (ANM) se posicionou.

O Estado apurou que a Vale enfrenta questões jurídicas e financeiras para a saída dos funcionários. Para o afastamento definitivo do presidente e dos três diretores foi calculado gasto de cerca de R$ 80 milhões, com base nas informações disponíveis no Formulário de Referência da companhia, documento obrigatório,

publicado no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É que cerca de 40% da remuneração para os diretores executivos está vinculada a "cessação do exercício", devido mesmo em caso de desligamento voluntário, já que a lógica desse tipo de pagamento é evitar que um alto executivo migre para uma empresa concorrente.

No ano passado, a Vale já enfrentou fortes críticas após a divulgação do pagamento de mais de R$ 50 milhões para seu ex-presidente, Murilo Ferreira. O montante foi pago após o rompimento da barragem de Mariana, da Samarco, pelo qual Ferreira ainda responde individualmente a um processo criminal e a uma class action (ação de ressarcimento) nos Estados Unidos.

Os promotores ainda investigam porque as recomendações de segurança em painéis internacionais sobre barragens, outra das medidas práticas de segurança adotadas pela Vale pós-Mariana, também foram ignoradas. Um dos alertas, de outubro de 2018, referia-se justamente à barragem que rompeu.

Procurada, a Tractebel informa que "continua contribuindo com as autoridades". Ela já teria sido ouvida pelos promotores sobre o caso. Também por nota, a Tüv Süd disse que "está investigando minuciosamente seus processos internos, bem como possíveis causas para o trágico colapso".

Em mais de uma ocasião o setor de geotecnia corporativa substituiu auditores externos que se negaram a fornecer declarações espúrias.

RECOMENDAÇÃO DA FORÇA-TAREFA
Famílias

Promotores que acompanham o caso também se queixam da dificuldade em negociar com a Vale. Nesta quinta-feira, após a quinta audiência de conciliação com a mineradora para discutir o pagamento de auxílio emergencial aos afetados pela tragédia, os representantes do MPF, Edmundo Dias, e do MP-MG, André Sperling, reclamaram da morosidade da Vale.

"Sempre que é possível um adiamento, eles estão tentando fazer. O que estamos falando aqui é de pagamentos emergenciais. Só para conseguir o necessário para que as pessoas sobrevivam tem havido dificuldade", disse Sperling, frisando que as discussões ainda não envolvem as indenizações definitivas.

Mas o representante do MPF destacou que a audiência trouxe avanços, já que a empresa concordou com o pagamento de uma cesta básica por núcleo familiar durante 12 meses. Procurada, a Vale não se pronunciou a respeito. / COLABORARAM GIOVANA GIRARDI e RENATA BATISTA

https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,mp-apura-se-area-de-seguranca-da-vale-trocou-auditor-para-liberar-barragem,70002747239

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Serra quer que Guedes abra cálculos da reforma

O tucano José Serra (SP) protocolou requerimento ao ministro da Economia, Paulo Guedes, solicitando a memória de cálculo (discriminação detalhada) da proposta de reforma da Previdência. O governo divulga uma estimativa de economia de R$ 1,1 trilhão, mas não explica como chegou ao valor. O senador acredita que a divulgação dos dados dará maior transparência ao debate. Assim que o pedido for encaminhado, Guedes terá 30 dias para responder. A negativa pode ser classificada como crime de responsabilidade fiscal, diz a Constituição.

Tintim por tintim. No requerimento, Serra, ex-ministro do Planejamento, pede que Guedes explique "separadamente as premissas e hipóteses" adotadas para os cálculos referentes ao Regime Próprio e ao Geral.

Prioridade. O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, conversou ontem por uma hora com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. A pasta trata o dia 20 próximo como o prazo máximo para o envio da sua proposta de reforma dos militares.

Captei. Ao anunciar no Facebook que conversará semanalmente com os brasileiros, Jair Bolsonaro atende à sugestão de Olavo de Carvalho: fale diretamente ao povo, não aos jornalistas, recomendou o guru ao presidente na terça-feira.

Bloqueio. De um dos generais de Jair Bolsonaro sobre o polêmico tuíte do presidente durante o carnaval: "Ele não pode ficar sozinho com o celular dele".

Segue… Tribunais estaduais seguem concedendo licença-prêmio a magistrados em 14 Estados. Só em MG, o tribunal pagou em fevereiro R$ 29 milhões referentes à metade das licenças não gozadas. O restante será pago ainda este ano.

…o baile. Desde 2017, o Supremo Tribunal Federal avalia se é constitucional o pagamento dessa licença com base na simetria com o Ministério Público, que concede o benefício. A PGR já se manifestou favorável.

Lupa. O deputado Orlando Silva (PCdoB) propôs a criação de uma comissão especial para fazer um pente-fino em todos os subsídios concedidos pela União. Segundo ele, Rodrigo Maia acatou a proposta.

Tête-à-tête. Depois de disparar ligações aos telefones de deputados pedindo votos em Janaina Paschoal para presidente da Assembleia-SP, a militância do PSL agora vai pessoalmente aos gabinetes falar com os parlamentares.

Feirão. Com o Estado em crise financeira, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, vai leiloar na semana que vem carros de luxo que serviam a seus antecessores Marconi Perillo e José Eliton. O valor arrecadado será destinado ao Hospital Materno Infantil. "Não há espaço para mordomias."

Sinal… Neste Dia Internacional da Mulher, dados do Ligue 180 mostram crescimento de 36% no número de denúncias relacionadas à violência contra mulheres em comparação com 2018.

…amarelo. A avaliação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é de que a alta pode estar relacionada aos episódios de feminicídio.

Delas. O STF abre hoje evento sobre a participação das mulheres na construção de Brasília. Fotografias, obras de arte e até lambretas estarão em exposição.

PRONTO, FALEI!

Augusto Coutinho. FOTO: CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Augusto Coutinho, líder do Solidariedade na Câmara (PE): "O governo vai ter tanto problema com a Previdência, não é inteligente criar mais problemas com o Congresso", sobre as propostas de novas regras sindicais.

https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/serra-quer-que-guedes-abra-calculos-da-reforma/

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Promotoria vai à Justiça para suspender concessão do Ibirapuera

Giovana Girardi

O Ministério Público Estadual entrou na Justiça com um pedido de suspensão e posterior anulação do processo de concessão do Parque Ibirapuera, cartão-postal da cidade, e de cinco outros parques, por parte da Prefeitura de São Paulo. A ação civil pública, de 28 de fevereiro, alega risco de danos ambientais, urbanísticos e sociais no processo. A concessão de equipamentos públicos é uma das principais bandeiras da gestão Bruno Covas (PSDB).

O prazo para a abertura dos envelopes com propostas do setor privado está prevista para a próxima segunda-feira, dia 11. Por isso, a juíza Cynthia Tomé designou para esta sexta-feira, 8, audiência para tentativa de conciliação.

"O certame não traz primazia da proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado", aponta o promotor de Meio Ambiente Carlos Henrique Prestes de Camargo, que assina o documento. Ele afirma ainda que "as obrigações ambientais da minuta do contrato estão previstas em redação genérica, grosseiramente resumidas a: 'se obriga cumprir a legislação'", o que poderia trazer incerteza e insegurança ambientais.

Para o promotor, o processo "apresenta diversas irregularidades" e "implica sérios riscos socioambientais comuns a todas as áreas, objeto das concessões, como também danos específicos a cada parque".

Camargo afirma que uma das "maiores ilegalidades" é a ausência de diretrizes mínimas de gestão pelos órgãos técnico-científicos do Município, especialmente em relação ao manejo da fauna e na ausência de efetiva participação dos conselhos gestores na tomada de decisão.

Segundo Camargo, a concessão representa sério risco de danos socioambientais; ao sistema municipal de educação ambiental; à fauna, incluindo a espécies ameaçadas de extinção e em reabilitação; à vegetação e ao tombamento do parque.

A manifestação do MPE endossa uma ação popular liderada pelo vereador Gilberto Natalini (PV), que também solicitou a suspensão do processo. Natalini chefiou a pasta do Verde e do Meio Ambiente quando João Doria (PSDB), atual governador, era prefeito.

O Município publicou em 8 de janeiro o edital do projeto de concessão do Ibirapuera. Pelo texto, a empresa - ou o consórcio - que vencer a licitação terá de assumir também os Parques Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria, Lageado e Jardim Felicidade e poderá explorar o Ibirapuera pelo prazo de 35 anos.

O preço mínimo é de R$ 2,1 milhões por mês. Mas, na ocasião, a Prefeitura disse que o mais interessante da proposta é não ter mais de arcar com custos dos parques, transferindo esses recursos para outras ações. A estimativa é de economia de R$ 1 bilhão nesse prazo.

Prefeitura

Em nota, a gestão Bruno Covas afirmou que "os fatos relatados não correspondem à realidade". Ressaltou ainda a realização da audiência de conciliação nesta sexta. A capital tem 107 parques municipais.

https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,promotoria-vai-a-justica-para-suspender-concessao-do-ibirapuera,70002747327

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Ministro promete reforma profunda para evitar nova tragédia

Por Paola De Orte

O governo está trabalhando em uma "reforma profunda" da legislação para evitar tragédias sociais e ambientais como as ocorridas em Mariana e Brumadinho, disse o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Entre as reformas legislativas previstas para que o governo possa responder de maneira mais rápida e tornar a legislação "mais severa e efetiva", de acordo com o ministro, estão a revisão do Código de Mineração e o aperfeiçoamento da regulamentação da Agência Nacional de Mineração (ANM). A agência foi criada ainda durante o governo de Michel Temer.

Em palestra em Washington (EUA) para acadêmicos e representantes do governo americano, de organizações internacionais e de consultorias de investimentos, Albuquerque destacou também que, até o fim de 2019, todas as barragens de rejeitos do país serão fiscalizadas pela ANM e prometeu que, em até três anos, todas as barragens com elevação a montante serão descomissionadas. As barragens a montante são do mesmo tipo das que romperam em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019).

O ministro afirmou que o que causa tragédias como a de Brumadinho não é a falta de legislação, e sim a não aplicação da lei que já existe. Segundo Albuquerque, as licenças para empreendimentos de mineração demoram "15, 20 anos" para acontecer, mas isso "não impede acidentes".

"A questão não é licenciamento. Comparado com outros países, nosso ordenamento jurídico no que diz respeito a barragens de rejeitos de mineração é tão rigoroso ou mais". Segundo o ministro, o que falta é melhorar governança e dar apoio para que a ANM possa exercer suas atribuições de fiscalização e de controle.

Albuquerque afirmou ainda que as alterações na legislação do setor também servirão para impulsionar as exportações de minérios. Segundo ele, essas mudanças devem incluir regulação do uso de terras indígenas.

"A exploração em áreas indígenas já está prevista na nossa Constituição, o que ocorreu é que até hoje não foi regulamentada", disse o ministro. Segundo ele, essa falta de regulamentação leva a conflitos e ao garimpo ilegal, que prejudica a preservação do ambiente e não beneficia as comunidades indígenas.

De acordo com o ministro, o que o governo pretende é regulamentar essa exploração cumprindo preceitos legais. "Quem está preocupado com essas comunidades deveria, sim, ficar feliz com essa iniciativa do governo de trazer a regulamentação e benefícios para o desenvolvimento dessas áreas."

Sobre a capitalização da Eletrobras, Albuquerque afirmou que o ministério trabalha junto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para ter o modelo finalizado até junho.

"O que nós temos que fazer é o melhor modelo possível e implementá-lo quando possível. Eu espero que isso possa ser implementado ainda em 2019", afirmou o ministro, que classificou a capitalização como uma das três prioridades da agenda econômica do governo Jair Bolsonaro, ao lado da reforma da Previdência e do leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa.

Albuquerque afirmou que só depois de acertado o modelo é que será definido o que será enviado ao Congresso, embora o governo já esteja conversando com parlamentares sobre o tema. O ministro adiantou, no entanto, que o processo será semelhante ao da Embraer e deve incluir a "golden share", porém ressaltou ainda não saber "de que forma será essa 'golden share'".

Ele também afirmou que o governo vai contar com o aval do TCU para o leilão do excedente da cessão onerosa. Segundo ele, o aval deve sair até a publicação do edital pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que deve sair cem dias antes do leilão marcado para o dia 28 de outubro.

Já em relação ao uso de energia nuclear, o ministro disse que o país não pode "ficar refém do preconceito e da desinformação".

Na visão dele, o Brasil tem duas vantagens competitivas que devem ser aproveitadas nessa área: o conhecimento da tecnologia do ciclo do combustível nuclear e a existência de grandes

Data: 08/03/2019

reservas de urânio. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a energia nuclear responde por 1,4% da matriz energética brasileira.

De acordo com ele, a Alemanha passa por dificuldades por ter investido muito em energia renovável, o que "compromete a segurança energética porque, dependendo das condições climáticas, não tem energia".

https://www.valor.com.br/brasil/6150397/ministro-promete-reforma-profunda-para-evitar-nova-tragedia

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Discurso mira recuperação no exterior da credibilidade do setor

Por Rodrigo Polito

Em sua primeira agenda oficial no exterior, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, priorizou seu discurso no setor mineral. Após o rompimento de uma barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho (MG), que resultou em mais de 300 vítimas - entre mortos e desaparecidos -, ele tem dedicado esforços em recuperar a credibilidade do negócio de mineração no país.

Em eventos no Canadá e nos Estados Unidos, Albuquerque ressaltou que o governo está trabalhando em uma reforma estrutural do setor mineral para evitar tragédias ambientais como as ocorridas em Mariana e Brumadinho. Entre os pontos da reforma, estão a revisão do Código de Mineração e o aperfeiçoamento da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Ao mesmo tempo que defendeu um maior controle sobre a atividade mineral do país, o ministro sinalizou com uma mudança na legislação no setor de energia nuclear, permitindo investimentos privados no desenvolvimento da fonte no país. Outro tema defendido pelo ministro é a exploração racional de recursos energéticos na Amazônia.

Ainda sobre a Amazônia, no fim de fevereiro, o Conselho de Defesa Nacional definiu o linhão de transmissão Manaus-Boa Vista como "alternativa energética estratégica para soberania e defesa nacional". A decisão permite ao governo aplicar salvaguarda definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, na prática, possibilita a construção do empreendimento independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), a ideia é acelerar o processo de licenciamento ambiental do linhão, dando continuidade aos entendimentos que vêm sendo construídos com os indígenas Waimiri-Atroari. O linhão é importante para criar uma alternativa de abastecimento à capital de Roraima, hoje abastecida principalmente por uma linha de transmissão que importa energia da Venezuela.

O ministro também incluiu na sua bagagem a capitalização da Eletrobras - e não "privatização", como ele reforçou mais uma vez - e o leilão do excedente da cessão onerosa. Os dois temas são oportunidades relevantes de atração de investimentos estrangeiros para o país. (Colaborou Paola De Orte, de Washington, para o Valor)

https://www.valor.com.br/brasil/6150399/discurso-mira-recuperacao-no-exterior-da-credibilidade-do-setor

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Itaipu busca acordo antes de visita de presidente paraguaio

Por Andrea Jubé

A quatro dias da visita oficial do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, ao Brasil, o conselho de administração de Itaipu realiza uma sessão extraordinária hoje em Foz do Iguaçu em nova tentativa de solucionar o impasse financeiro da estatal, em meio à preocupação em evitar um desconforto no reencontro dos chefes de Estado.

A troca de afagos pública entre o presidente Jair Bolsonaro e Abdo na semana passada - quando o brasileiro chamou o ex-ditador paraguaio Alfredo Stroessner de "estadista" - gerou expectativa de avanço nas negociações das tarifas de energia, mas que acabaram frustradas na reunião de 28 de fevereiro.

Diante do insucesso das tratativas na reunião da semana passada, haverá um esforço técnico e diplomático para liquidar o problema nesta segunda reunião.

Itaipu está sem perspectiva de faturamento pela prestação dos serviços de eletricidade para 2019. O balanço anual e as faturas de janeiro e fevereiro deste ano estão em aberto.

As respectivas geradoras e transmissoras de energia elétrica - a brasileira Eletrobras e a paraguaia Administración Nacional de Electricidad (Ande) - enfrentam um impasse diante do prejuízo há anos imposto ao consumidor brasileiro, que já paga mais caro pela energia produzida pela usina, em um cenário que se acentuou no ano passado.

A assimetria tarifária em relação ao Paraguai, em especial nos meses de junho, julho e setembro de 2018, gerou uma diferença de R$ 54 milhões, reclamada pela Eletrobras. Em 2018, o Brasil pagou, em média, US$ 38,72 por MWh, enquanto ao Paraguai esse custo saiu a US$ 24,60 MWh.

À frente das negociações do lado brasileiro, o diretor-geral de Itaipu, Joaquim Silva e Luna, empossado na semana passada, disse ao que as demonstrações de amizade entre os dois chefes de Estado poderão influenciar a construção de um consenso. Ele vem estreitando laços com o diretor-geral paraguaio, José Alberto Alderete. "O que resolvermos aqui vai reduzir a pressão com o presidente de lá [do Paraguai]."

O novo diretor-geral brasileiro também confirmou ao Valor que haverá novas alterações na diretoria da estatal. "Serão necessárias [mais mudanças]", afirmou. "Havia uma insegurança [na gestão de Itaipu], muita gente colocada por critério político. Essa parte termina agora." Tendo como diretriz implantar um regime de austeridade de gastos, ele levou para a estatal outro quadro militar: o vice-almirante Anatalício Risden Filho, que assumiu na semana passada o cargo de diretor financeiro-executivo.

Os dirigentes paraguaios resistem aos termos colocados pelo Brasil sobre a mesa de negociações, evocando um paralelo com Davi e Golias, em que se apresentam como a parte mais frágil da história.

Silva e Luna tem a vantagem de conhecer a fundo a personalidade dos vizinhos porque viveu no Paraguai por cerca de dois anos, como instrutor das tropas paraguaias num intercâmbio das Forças Armadas. Segundo ele, trata-se de um povo afetuoso como os brasileiros, mas aguerrido na defesa de seus interesses. Nas conversas com Alderete, vem ponderando que os interesses são comuns e que o consenso deve imperar.

Na solenidade de posse de Silva e Luna no último dia 26 em Foz do Iguaçu, Bolsonaro e Abdo trocaram gestos ostensivos de amizade, que suscitaram esperanças quanto a um acordo sobre a diferença de tarifas. Bolsonaro dirigiu-se ao seu homólogo pelo apelido que é conhecido em seu país, "Marito", e lembrou que compartilham a mesma trajetória militar, inclusive como paraquedistas.

Em uma declaração polêmica, o brasileiro elogiou a visão de "estadista" de Stroessner, que governou o Paraguai durante 35 anos sem eleições livres. O elogio não foi por acaso: o pai de Abdo foi assessor especial de Stroessner durante boa

Data: 08/03/2019

parte do governo. O paraguaio, por sua vez, referiu-se a Bolsonaro como meu "apreciado amigo".

Na ponta do lápis, entretanto, enquanto o Brasil cobra a revisão das tarifas, o Paraguai resiste e sinaliza que não cederá sem um gesto objetivo do sócio em relação à construção de mais duas pontes sobre os rios Paraguai e Paraná. A construção das pontes foi uma das plataformas da campanha eleitoral do paraguaio, que veio ao Brasil antes mesmo da posse tratar da questão com o então presidente Michel Temer. No último dia 26, diante de Bolsonaro, Abdo lembrou que faz 53 anos que foi construída a Ponte da Amizade entre os dois países, ligando Foz do Iguaçu a Ciudad del Leste. Silva e Luna pondera que um aceno objetivo do Brasil na aplicação de recursos de Itaipu na construção de duas pontes reivindicadas pelo Paraguai pode colaborar para o acordo em relação às tarifas de energia.

A questão de Itaipu consta da pauta oficial da visita de chefe de Estado de Abdo no próximo dia 12. Na semana passada, Bolsonaro disse que o encontro em Foz do Iguaçu foi um "aquecimento" para a agenda da terça-feira da semana que vem.

https://www.valor.com.br/brasil/6150401/itaipu-busca-acordo-antes-de-visita-de-presidente-paraguaio

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Brasil ainda está longe de esgotar potencial eólico

Por Camila Maia

Mesmo se o Brasil conseguir manter a taxa de crescimento exponencial de potência instalada da fonte eólica, de 45% ao ano, levará mais de 40 anos para que todo o potencial do país seja esgotado, sem contar empreendimentos offshore, de acordo com relatório do BTG Pactual obtido pelo Valor. Segundo os analistas do banco, isso oferece uma grande oportunidade para que as grandes geradoras elétricas do Brasil diversifiquem o portfólio, reduzindo exposição ao risco hidrológico.

O relatório, assinado pelos analistas João Pimentel e Fillipe Andrade, aponta que grande parte do crescimento global da potência instalada da fonte eólica nos próximos anos deve vir do Brasil, que já tem registrado a "impressionante" taxa anual média de 45% nos últimos 10 anos, saindo de menos de 400 megawatts (MW) em 2008 para 13.677 MW em 2018. A participação na matriz elétrica do país saiu de 0,3% para 9% ao fim do ano passado.

O crescimento, classificado pelos analistas como "impressionante", é atribuído, em parte, à política de governo de expansão da matriz energética focada em renováveis, com incentivos na forma de subsídios. Também contribui a queda dos preços de energia eólica, reflexo de avanços tecnológicos.

"Apesar do desempenho notável da geração eólica no Brasil, nesse ritmo de crescimento, alguns investidores podem se preocupar se o país está próximo da capacidade máxima de exploração da fonte", escreveram os analistas, respondendo a questão em seguida: mesmo se o Brasil continuar com a taxa de crescimento excepcional de 45% ao ano, em média, levaria mais de 40 anos para que a capacidade instalada máxima fosse atingida.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), há cerca de 5 GW contratados de eólicas para entrarem em operação até 2026. Considerando as projeções da EPE para capacidade adicional que será contratada ainda por leilões no país, o BTG Pactual estima que há espaço para novos 30 GW de eólicas no Brasil até 2027.

A projeção considera apenas os projetos em terra. Além disso, o Brasil poderá ter, no futuro, um maior potencial de projetos de geração eólica "offshore", no litoral, tecnologia que está ganhando espaço na Europa, onde os espaços são mais limitados, mas ainda é muito cara para o Brasil em comparação com os ativos "onshore". O BTG Pactual apontou que grandes petroleiras, como Petrobras, Total e Equinor estão estudando os projetos no litoral, o que é explicado pela presença forte de ventos nas regiões em que as companhias têm exploração de óleo e gás.

A análise do perfil dos ventos no território brasileiro aponta para outras mudanças nos investimentos em geração eólica. Hoje, a maior parte dos projetos são instalados na região Nordeste, onde há um fator de capacidade mais elevado por conta da qualidade dos ventos. A partir do ano que vem, uma importante mudança deve entrar em vigor: os preços de energia do mercado à vista passarão a ser fixados por hora, e não mais por semana, como é hoje.

Regiões na qual o pico de ventos coincide com o pico de consumo de energia tendem a ser mais atrativas para novos parques eólicos, pois os preços tendem a ser maiores. Segundo a avaliação do BTG, isso inclui regiões já fortes em energia eólica, como nordeste da Bahia e sudeste do Piauí, e também novas localidades, como o norte de Roraima e o leste do Paraná.

https://www.valor.com.br/empresas/6150309/brasil-ainda-esta-longe-de-esgotar-potencial-eolico

Voltar ao Sumário

Data: 08/03/2019

Microplástico em tecidos invade o meio ambiente

Por Saabira Chaudhuri

As fabricantes de roupas esportivas e de jaquetas do tecido Fleece, composto de 100% de poliéster, tentam fazer frente a preocupações despertadas pelas minúsculas partículas plásticas das roupas sintéticas que acabam indo parar nos peixes e frutos do mar e na água potável.

Embora a reação adversa aos plásticos tenha se concentrado em produtos descartáveis como canudos, garrafas e copos de café, as roupas sintéticas estão ganhando atenção porque soltam plástico cada vez em que são lavadas.

Todos os anos, mais de meio milhão de toneladas de microfibras - o equivalente a 50 bilhões de garrafas de água de plástico - é despejado no mar em decorrência da lavagem de tecidos sintéticos, de acordo com a União Internacional pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, sigla em inglês), grupo com sede na Suíça, que inclui governos, instituições sem fins lucrativos e entidades assistenciais entre seus membros.

Embora todas as roupas soltem fibras quando lavadas, as partículas sintéticas - ao contrário da lã e do algodão - não são biodegradáveis. A maioria dos filtros das máquinas de lavar não são projetados para reter partículas tão insignificantes, e embora as usinas de tratamento de águas servidas captem uma grande parcela, não captam tudo. O problema é mais grave em países que empregam grandes quantidades de roupas sintéticas e que têm menos usinas de tratamento de águas servidas.

Prevê-se que o volume de microfibras lançado no mar deverá se acelerar, na medida em que sobe a demanda por roupas. Estima-se que mais de 22 milhões de toneladas de microfibras serão lançados nos mares ente 2015 e 2050, de acordo com a instituição sem fins lucrativos Ellen MacArthur Foundation.

Isso está despertando novas atenções e tentativas iniciais de regulamentação. As empresas começam agora a procurar maneiras de coibir a dispersão de microfibra.

A Adidas, a Hennes & Mauritz (H&M) e a Patagonia estão entre as empresas que financiam pesquisas sobre como a microfibra é criada, se desprende e acaba no mar. Descobriram que a forma pela qual as fibras são tecidas e pela qual as roupas são lavadas faz diferença.

"Estamos muito preocupados com o desprendimento de microfibras das fibras sintéticas", disse a diretora de sustentabilidade da H&M, Cecilia Brännsten. "Usamos fibras sintéticas, portanto, é nossa responsabilidade o fato de elas terminarem onde não deveriam."

As microfibras são só um dos tipos de microplástico. As partículas, de menos de 5 milímetros de comprimento, provêm de várias outras coisas, como pneus, pasta de dentes, tintas e revestimentos marítimos.

Os Estados Unidos e o Reino Unido estão entre os países que proibiram a comercialização de produtos de cuidados pessoais que contêm minúsculas bolinhas de plástico, como máscaras de limpeza ou sabonetes faciais, o que levantou temores, entre os fabricantes de confecções, em torno da adoção de medidas restritivas sobre o setor têxtil.

Os produtos têxteis são um problema muito maior que os produtos para cuidados pessoais, e respondem por 35% dos microplásticos primários lançados no mar, comparativamente aos 2% derivados dos produtos para cuidados pessoais, de acordo com a IUCN.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) está analisando o impacto potencial dos microplásticos sobre a saúde humana após um estudo ter detectado a presença de plástico em 259 garrafas de água de 11 marcas diferentes adquiridas em nove países. Os microplásticos aparecem em peixes e frutos do mar, água potável, cerveja, mel e açúcar, de acordo com os estudos, mas seu impacto sobre a saúde humana é desconhecido.

Data: 08/03/2019

Pesquisas mostram que a ingestão de microplásticos pode prejudicar a capacidade de organismos de plâncton de se alimentar e a capacidade dos peixes e dos nematódeos marinhos de extrair energia dos alimentos.

Projetos de lei em tramitação em Nova York e na Califórnia, se bem-sucedidos, vão obrigar que as etiquetas nas roupas feitas de mais de 50% de material sintético alertem os consumidores de que elas soltam microfibras plásticas quando lavadas.

"Isso talvez não faça muitos adultos mudarem de ideia, mas pode trazer a consciência a partir da qual talvez daqui a 10 a 20 anos essa geração esteja mais consciente sobre as microfibras", disse Felix Ortiz, presidente-assistente da Assembleia do Estado de Nova York que lançou o projeto de lei em Nova York.

Os tecidos Fleece estão sob os holofotes por soltarem microfibras. Um estudo constatou que os tecidos de poliéster tipo Fleece dispersam 85 vezes mais fibras que os tecidos de poliéster comuns. No Reino Unido, a Royal Society for the Protection of Birds, parou de distribuir Fleeces para os seus funcionários em razão da preocupação com as microfibras. A entidade analisa agora outras maneiras de manter seus funcionários aquecidos.

A dispersão de microfibras pode ser enfrentada de uma maneira mais efetiva na fase de criação dos tecidos, afirma Richard Thompson, professor da faculdade de ciências biológicas e marinhas da Universidade de Plymouth, que estudou o problema.

"Chegamos às roupas que temos nas prateleiras no momento quase que aleatoriamente, com algumas delas soltando quatro a cinco vezes mais fibras que as outras", disse Thompson. "Isso não é um requisito para o desempenho dessas roupas, acontece porque não se pensou muito a respeito."

https://www.valor.com.br/internacional/6150351/microplastico-em-tecidos-invade-o-meio-ambiente Voltar ao Sumário